



Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Área de Concentração: Gerenciamento Ambiental

**ANÁLISE DOS IMPACTOS DE GESTÃO DA APA DA BARRA DO RIO
MAMANGUAPE SOBRE AS COMUNIDADES INDÍGENAS ATRAVÉS DA
METODOLOGIA MCCIG**

MARCOS VINÍCIUS FURTADO GOMES

JOÃO PESSOA - PB
2018



MARCOS VINÍCIUS FURTADO GOMES

**ANÁLISE DOS IMPACTOS DE GESTÃO DA APA DA BARRA DO RIO
MAMANGUAPE SOBRE AS COMUNIDADES INDIGENAS ATRAVÉS DA
METODOLOGIA MCCIG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Maristela Oliveira de Andrade

JOÃO PESSOA - PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G633a Gomes, Marcos Vinícius Furtado.

ANÁLISE DOS IMPACTOS DE GESTÃO DA APA DA BARRA DO RIO
MAMANGUAPE SOBRE AS COMUNIDADES INDÍGENAS ATRAVÉS DA
METODOLOGIA MCCIG / Marcos Vinícius Furtado Gomes. -
João Pessoa, 2018.

105 f. : il.

Orientação: Maristela Oliveira de Andrade.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Gestão de áreas protegidas. 2. Potiguaras. 3.
Impactos de Gestão. 4. Unidade de Conservação. 5. APA
da Barra do Rio Mamanguape. I. Andrade, Maristela
Oliveira de. II. Título.

UFPB/BC

MARCOS VINÍCIUS FURTADO GOMES

**ANÁLISE DOS IMPACTOS DE GESTÃO DA APA DA BARRA DO RIO
MAMANGUAPE SOBRE AS COMUNIDADES INDÍGENAS ATRAVÉS DA
METODOLOGIA MCCIG**

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Maristela Oliveira de Andrade (PRODEMA/UFPB)
Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

Prof^a Dr^a. Zelma Glebya Maciel Quirino (PRODEMA/UFPB)
Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Interna

Prof^o. Dr. Paulo Sérgio Silvino do Nascimento
Instituto Federal do Ceará
Examinador Externo

Dedico ao meu Pai (*in memoriam*) que nos deixou enquanto eu estava nesse processo acadêmico.

Ao Povo Potiguara por séculos de luta e resistência pelo direito a se manter em seu território.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial à minha Mãe, a minha avó Dona Dita e à minha bisavó Madrinha Dulce (in memorian) pelo carinho e apoio que sempre me deram e pelas orações que sem dúvida transmitiram energia para esta conquista. Às minhas irmãs Daniele Furtado e Sarah Furtado por todo apoio e motivação que me dão;

À minha orientadora pela confiança, apoio e auxílio e por acreditar nessa pesquisa: Profa. Maristela Oliveira de Andrade;

Ao prof. Dr Paulo Sérgio Silvino do Nascimento pela breve conversa que resultou nesta dissertação e pelos auxílios ao longo da pesquisa. À professora Zelma Glebya Maciel Quirino pelo acolhimento e incentivo logo após ao processo seletivo do mestrado;

Ao meu querido amigo Douglas Nascimento, por todo auxílio dado nesta pesquisa, por me apresentar às pessoas que me acolheram na aldeia Tramataia e pela participação na banca do exame de qualificação com excelentes sugestões. De fato, você foi muito importante nesta pesquisa;

Aos potiguaras: Maria, Toinho, Jaqueline, Lane e Curió, por toda receptividade e acolhimento no tempo em que morei em Tramataia. Ao Cacique Elias pelas conversas, acolhimento e ajuda na pesquisa;

Aos meus grandes amigos: João Adolfo, Reginaldo Brito, Heli, Neilson, Adriano, Paulo Felipe, Mário, Rodrigo, Vevas, Haroldo, Danuzio, Mariana, Lyndyanne e Moisés por todo apoio nessa jornada;

Às minhas queridas amigas Jade Luiza e Klyvia Tenório por todas as conversas, principalmente desabafos em momentos críticos.

Ao meu querido amigo Elvis Prinheiro pelas conversas no grupo de leitura LUME, que me iluminou e ajudou nesta pesquisa.

Aos meus companheiros de moradia Jailson Santana e Ligia Cavalcanti por esse tempo junto dividindo o mesmo teto, angustias e alegrias.

E por fim às demais pessoas que direta ou indiretamente me auxiliaram nessa jornada e que estão presentes no meu coração;

Do ponto de vista de uma formação socioeconômica superior, a propriedade privada da terra por determinados indivíduos vai parecer tão absurda como a propriedade privada de um homem por outros homens. Nem mesmo uma sociedade inteira, ou uma nação, ou o conjunto simultâneo de todas as sociedades existentes é dono da terra. Eles são simplesmente os seus posseiros, os seus beneficiários, e precisam legá-la em melhor estado às gerações que as sucedem como boni partes famílias [bons pais de família].

Karl Marx

RESUMO

Nas últimas duas décadas, no Brasil, houve um aumento significativo na criação de áreas protegidas além de avanços nos marcos legais sobre o tema, principalmente a criação da lei do SNUC e o fortalecimento da questão ambiental sobretudo com o engajamento da sociedade civil nos anos 70 e 80. Apesar disso, a gestão de áreas protegidas apresentam ainda grandes desafios tais como a implementação de uma gestão participativa efetiva da sociedade e principalmente das comunidades tradicionais e as sobreposições de áreas, principalmente com terras indígenas. A APA da Barra do Rio Mamanguape, localizada no litoral norte da Paraíba se encontra parcialmente sobreposta a Terra Indígena Potiguara, o que faz com que gere muitos conflitos e consequentemente antagonismo entre a gestão e a comunidade. Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo Identificar e avaliar os impactos socioambientais sofridos pelas comunidades indígenas da Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape com base na gestão da APA desde sua criação até os dias atuais através da metodologia de Matriz Cromática de Comparação de Impactos de Gestão (MCCIG). Ou seja, confrontar as duas perspectivas (gestão e população indígena), para verificar o nível de distanciamento da gestão para com a comunidade inserida na área sobreposta. A MCCIG é uma metodologia recente desenvolvida por Nascimento (2013), que visa de forma qualiquantitativa e de fácil entendimento comparar as percepções e consequentemente os impactos decorrentes da gestão sobre as comunidades. Para isso, utilizou-se também a metodologia de Grupos Focais em quatro aldeias: Tramataia, Coqueirinho, Camurupim e Brejinho para identificação dos impactos percebidos pelas comunidades, em um segundo momento buscou-se atribuir valores a esses impactos através de uma escala de valores hierárquicos que varia de -9 (impacto negativo extremamente forte) e +9 (impacto positivo extremamente forte) que posteriormente compôs a MCCIG na perspectiva indígena. Logo após, levou-se esses impactos aos gestores para que eles atribuísem valores de acordo com a mesma escala e pudesse construir a MCCIG na visão dos gestores. Como resultados, obteve-se uma matriz, na perspectiva dos potiguaras, com predominância de impactos negativos, principalmente no que diz respeito às questões ambientais, porém uma avaliação mais “branda” que a dos gestores, onde na sua avaliação de acordo com a escala de valores hierárquicos foram predominantemente extremada, ou seja, avaliadas em impactos negativos ou positivos extremamente forte. Pôde-se concluir que há um nível de distanciamento considerável da gestão da referida Unidade de Conservação para com a população indígena e que deve-se repensar a sua forma de atuação dentro da área sobreposta com a TI.

Palavras-chave: Gestão de áreas protegidas; Potiguaras; Impactos de Gestão; Unidade de Conservação; APA da Barra do Rio Mamanguape;

ABSTRACT

In the last two decades, in Brazil, there has been a significant increase in the creation of protected areas, as well as advances in legal frameworks on the subject, mainly the creation of the SNUC law and the strengthening of the environmental issue, especially with the engagement of civil society in the 1970s and 80. Despite this, the management of protected areas still presents major challenges such as the implementation of effective participatory management of society and especially of traditional communities and the overlapping of areas, mainly with indigenous lands. The APA of Barra of Rio Mamanguape, located on the northern coast of Paraíba, is partially overlapped with IT Potiguara, which causes it to generate many conflicts and consequently antagonism between management and the community. In this perspective, the present work aims to identify and evaluate the social and environmental impacts suffered by the indigenous communities of the Environmental Protection Area of Barra do Rio Mamanguape based on the management of the APA from its creation to the present day through the methodology of Comparative Chromatic Matrix of Management Impacts (MCCIG). That is, to confront the two perspectives (management and indigenous population), to verify the level of distancing from management to the community inserted in the overlapping area. The MCCIG is a recent methodology developed by Nascimento (2013), which aims at a quantitative and easy-to-understand way of comparing the perceptions and consequently the impacts of management on the community. For this, the methodology of Focal Groups was used for four villages: Tramataia, Coqueirinho, Camurupim and Brejinho to identify the impacts perceived by the communities; in a second moment, we sought to assign values to these impacts through a scale of values (extremely strong negative impact) and +9 (extremely strong positive impact) that later composed the MCCIG from the indigenous perspective. Soon after, these impacts were brought to the managers so that they assigned values according to the same scale and could construct the MCCIG in the view of the managers. As a result, a matrix was obtained from the perspectives of potiguaras with predominance of negative impacts, mainly with respect to environmental issues, but a more "soft" evaluation than that of managers, where in their evaluation according to the scale of values hierarchical were predominantly extreme, ie evaluated in extremely negative or positive impacts. It can be concluded that there is a considerable level of distance from the management of the Conservation Unit to the indigenous population and that it is necessary to rethink its way of working within the area overlapped with IT.

Keywords: Management of protected areas; Potiguaras; Management Impacts; Conservation Unit; APA of Barra OF Rio Mamanguape;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição das UC's e TI's por Biomas	27
Figura 2- : Escala de Valores Hierárquicos	51
Figura 3- Modelo para construção da MCCIG	52
Figura 4 - Escala para auxílio dos participantes dos GF's.....	61
Figura 5 - Redinha amarrada na abertura da toca de caranguejo-uçá e animal aprisionado a uma redinha.	67
Figura 6- Jereré utilizado pelas marisqueiras e marisqueiros das aldeias potiguaras no estuário do Rio Mamanguape - PB	68
Mapa 1 - Localização das UC's federais, terras indígenas e suas sobreposições	28
Mapa 2- Localização das aldeias em que foram realizados os grupos focais	57
Tabela 1- Impactos Indicados Pelos Indígenas Na APA da Barra do Rio Mamanguape	63
Tabela 2- Impactos Indicados Pelos Indígenas Na APA da Barra do Rio Mamanguape e a Valoração de Acordo com a Percepção dos Gestores.	74
Tabela 3 - Impactos Indicados Pelos Indígenas Na APA da Barra do Rio Mamanguape e a Comparação das Valorações de Acordo com a Percepção dos Gestores e das Comunidades Indígenas.	80
Matriz 1- Matriz cromática comparativa com os resultados da avaliação das comunidades indígenas da APA da Barra do Rio Mamanguape - 2017	71
Matriz 2 - Matriz cromática comparativa com os resultados da avaliação dos gestores da APA da Barra do Rio Mamanguape - 2018	77
Matriz 3 - Matriz cromática comparativa com os resultados da avaliação das comunidades indígenas da APA da Barra do Rio Mamanguape - 2017	82
Matriz 4 - Matriz cromática comparativa com os resultados da avaliação dos gestores da APA da Barra do Rio Mamanguape – 2018	83

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. OBJETIVOS	19
2.1 Objetivo Geral.....	19
2.2 Objetivos Específicos	19
3. REFERENCIAL TEÓRICO	20
3.1 O debate do Conservacionismo <i>versus</i> Preservacionismo e a lei do SNUC	20
3.2 Unidades de conservação e a sobreposição a terras Indígenas	24
3.3 Etnoconservação E A Gestão De Áreas Protegidas	30
3.4 Gestão Participativa em Unidades de Conservação	33
3.5 Principais Métodos De Avaliação De Efetividade Da Gestão De UC's Aplicados no Brasil.....	36
3.5.1 RAPPAM	38
3.5.2 EMAP (Evaluación del Manejo de Areas Protegidas)	38
3.5.3 FAUC – Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação....	40
4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA: A SOBREPOSIÇÃO ENTRE A TERRA INDÍGENA POTIGUARA E A APA DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE.....	41
4.1. Aldeia Tramataia.....	43
4.2. Aldeia Camurupim.....	45
4.3. Aldeia Coqueirinho.....	46
4.4. Aldeia Brejinho	47
5. ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	49
5.1. O Método MCCIG.....	49
5.2 Observação Participante	52
5.3 Grupos Focais	54
5.3.1 Os Participantes da Pesquisa.....	56
5.3.2 Procedimentos Aplicados nos Grupos Focais	59
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	63
6.1. Avaliação dos impactos de Gestão Pelos Indígenas	63
6.2 Avaliação dos impactos de Gestão Pelos Gestores da APA da Barra do Rio Mamanguape (ICMBio).....	73
6.3 A Comparação das Percepções como Análise do Nível de Distanciamento da Gestão com a Comunidade	79
7. CONCLUSÃO.....	89
REFERÊNCIAS.....	92

Anexos 100

1. INTRODUÇÃO

Segundo Diegues (2008), no ocidente, a destinação de áreas naturais com a finalidade de proteger características peculiares da natureza data, no mínimo, da idade média. Porém suas finalidades eram estritamente elitistas, como por exemplo, a criação de reservas para uso da nobreza com fins recreativos como a caça, dentre outros atributos. Nos últimos séculos, com ascensão do sistema capitalista principalmente na revolução industrial, os humanos assumem uma relação de dominação com a natureza devido a exploração dos recursos naturais em escala cada vez maior em detrimento da capacidade de regeneração da natureza. Com o aumento da degradação ambiental e a pressão exercida nos recursos naturais, surge concomitantemente a preocupação em proteger áreas por diversos tipos de interesse desde interesse ecológico até finalidades de lazer e turismo.

No mundo, as primeiras Áreas Protegidas ou Unidades de Conservação (UCs), como são denominadas no Brasil, surgiram com a criação dos parques nacionais, a exemplo do parque Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872 (NASCIMENTO, 2013). O que foi um marco na divisão das áreas protegidas como conhecemos atualmente. Porém, segundo Diegues (2008), a criação de áreas protegidas no modelo norte-americano surgiu devido à pressão exercida pela expansão do meio urbano e industrial no qual as áreas protegidas se destinavam a atender demandas da sociedade por lazer. Mesmo que as primeiras áreas protegidas não tenham sido criadas com a finalidade principal de conservação, esta já era uma preocupação que começava a surgir na época. Este modelo norte-americano foi exportado para vários países, inclusive o Brasil. Os primeiros parques brasileiros surgiram na década de 1930: Itatiaia, criado em 1937, e Iguaçu e Serra dos Órgãos, criados em 1939 (PARENTE; BURSZTYN, 2012). A transposição do modelo preservacionista norte-americano para a realidade brasileira acabou gerando graves conflitos culturais, econômicos e sociais, ao promover a expulsão de populações de seus territórios originários ou impedir a realização das atividades tradicionais necessárias à sua sobrevivência física e cultural (DIEGUES, 2008).

No ano 2000, surge no Brasil a Lei 9.985 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), formalizando a legislação que estabelece critérios para criação, implantação e gestão das unidades de conservação com

intuito de se atingir o desenvolvimento sustentável nas áreas protegidas. O SNUC definiu como Unidade de Conservação o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público” (BRASIL, 2000).

Nas duas últimas décadas embora o Brasil tenha criado um grande número de áreas protegidas¹; e a questão ambiental tenha se fortalecido, especialmente através do engajamento da sociedade civil nos anos de 1970 e 1980, e que tenha havido conquistas no âmbito da esfera legislativa, gerando uma agenda de preocupações relativas às políticas ambientais, permanecem ainda grandes desafios (NASCIMENTO, 2013). Desafios tais como a gestão participativa das Unidades de Conservação - UC's, especialmente as unidades com características sustentáveis de usos múltiplos como por exemplo as Áreas de Proteção Ambiental (APA). Frequentemente, as comunidades indígenas e tradicionais ficam de fora da criação das APAs, bem como do seu funcionamento, distanciando a gestão das comunidades e desvirtuando os interesses e anseios da mesma em relação à gestão. Para uma efetiva proteção e conservação dos recursos ambientais de uma UC, as comunidades tradicionais devem ser o sujeito do desenvolvimento de uma APA e não objeto.

A APA da Barra do Rio Mamanguape foi criada pelo Decreto nº 924 de 10 de setembro de 1993, em que parte da APA é sobreposta a Terra Indígena (TI) Potiguara homologada pelo decreto 267 - 29/10/1991, onde se encontram as aldeias, objeto deste estudo, no qual foi realizado os levantamentos dos impactos sociais, econômicos e ambientais. Essas aldeias que se encontram inseridas na área de sobreposição da APA com a Terra Indígena são: Tramataia, Coqueirinho, Brejinho e Camurupim.

Segundo a EMBRAPA (2008), na APA da Barra do Rio Mamanguape encontram-se os principais remanescentes de Manguezais do nordeste brasileiro, formado principalmente por dois rios, o Rio Mamanguape e o Rio Miriri, no qual são *habitats* naturais de preservação de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. De acordo com a Sociedade Internacional para Ecossistemas de Manguezal - ISME

¹ De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2016), existem 1979 Unidades de Conservação no Brasil divididas entre UC's federais, estaduais e municipais.

(2005), O manguezal associado ao estuário do rio Mamanguape é um dos mais bem conservados da Paraíba e ocupa aproximadamente 45.65 km², constituindo-se a segunda maior área de manguezal desse estado.

Na maioria das áreas protegidas as estratégias de criação desses territórios são pensadas de fora para dentro, a partir de critérios exteriores ao lugar e aos indivíduos, muitas vezes de caráter estritamente científicos, criando nós-críticos importantes a serem analisados, tais como a sobreposição entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas (SILVA; NOGUEIRA, 2010).

Um debate importante desta discussão tem sido o confronto da ideia do preservacionismo com o socioambientalismo, presente na criação do SNUC. De acordo com Santilli (2005), é fácil perceber que na “Lei do SNUC” prevaleceu ideias de cunho socioambiental apesar da exclusão de importantes unidades de conservação socioambiental, as terras indígenas e os quilombos. Os debates entre preservacionistas e socioambientalistas permitiu que esta lei fosse modificada de forma a incorporar a visão socioambiental, uma vez que o SNUC originalmente continha uma orientação claramente preservacionista, preconizando as unidades de proteção integral, visando o valor de espécies e ecossistemas e a perda da biodiversidade em si, sem atentar para as exigências e necessidades humanas.

Assim, podemos observar a importância das populações indígenas tanto na economia quanto nas questões de proteção e conservação dos recursos existentes na UC. A incorporação dessas populações no ato de gerir uma área protegida se mostra como um ponto chave para uma efetiva e eficiente gestão de uma unidade de conservação visto que, possuem conhecimentos empíricos sobre fenômenos naturais que ajudam na efetiva conservação e proteção de uma UC para uma gestão verdadeiramente sustentável. Além de importante papel na economia e proteção da APA, as populações indígenas enriquecem a área com suas culturas, pois grande parte dos moradores das aldeias do presente estudo é da etnia Potiguar e seus descendentes mestiços. Segundo o ICMBio (2014), os potiguaras vêm passando por um processo de aculturação que resultou na perda numérica e simbólica da sua cultura e estas perdas ficam evidentes quando se observam indígenas envolvidos com a carcinicultura, trabalhos braçais em fazendas de cana-de-açúcar e morando em áreas urbanas. A população indígena nesta área desde o período da colonização

portuguesa não vivem em situação de isolamento e, portanto, estão sujeitos às mudanças provocadas pelas pressões da sociedade abrangente, seja invadindo suas terras ou seja incorporando sua população ao trabalho em moldes capitalistas.

No que se refere à gestão de áreas protegidas, nos anos de 2005-06 e 2010 foi realizado pelo ICMBio em parceria com o *World Wild Fund for Nature* (WWF-Brasil) avaliações das gestões de várias UC's brasileiras através do método *Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Managemet* (RAPPAM). Este método tem como objetivo “oferecer aos tomadores de decisão e formuladores de políticas relacionadas a unidades de conservação uma ferramenta simples para identificar as principais tendências e os aspectos que necessitam ser considerados para se alcançar uma melhor efetividade de gestão” (ICMBIO; WWF-BRASIL, 2012). Porém, assim como a maioria dos métodos existentes, este, avalia a gestão na visão dos gestores e de forma quantitativa, mesmo assim podemos observar uma queda no índice geral de efetividade da gestão da APA da Barra do Rio Mamanguape de 81% em 2005-06 para 51% no ano de 2010, uma queda de 30% na efetividade da gestão.

Desta forma, uma análise qualitativa e na visão das comunidades é uma importante ferramenta para a construção de uma gestão verdadeiramente sustentável. Assim, o método proposto neste trabalho (MCCIG) demonstra ser uma ferramenta ideal para avaliar os impactos socioambientais sofridos pela comunidade em decorrência da gestão, por ser caracterizada como uma ferramenta capaz de realizar uma avaliação qualitativa, de fácil compreensão e com uma visão holística com base nas percepções de quem vive o dia a dia dos impactos gerados pela criação e gestão da APA. Acreditamos que a proposição metodológica permite, com muita facilidade, através da ilustração cromática, a visualização comparativa entres os diversos fatores participantes, (impactos) positivos e negativos da gestão. Como consequência direta, facilita igualmente a extração de resultados fáceis de interpretar, para, se for o caso, serem utilizados na redefinição da gestão (NASCIMENTO, 2013).

Visto a importância econômica, ambiental e social da APA Barra do Rio Mamanguape e suas características peculiares, faz-se necessário uma análise dos impactos socioambientais (de forma qualitativa) sofridos pelas comunidades indígenas decorrente da gestão da APA como forma de efetivar, melhorar e

repensar algumas atitudes realizadas pela gestão da área protegida desde a sua criação até o manejo dos dias atuais.

Neste sentido, a hipótese deste trabalho baseia-se na constatação de que as atuais estratégias de gestão, vigentes na APA da Barra do Rio Mamanguape, não estão atendendo e nem são capazes de acolher as demandas sociais, ambientais e econômicas das comunidades tradicionais presentes nessa área de proteção.

A partir desta premissa, formula-se a segunda hipótese que entende que as comunidades tradicionais residentes em APAs são capazes de elencar e atribuir valores aos impactos, sejam eles positivos ou negativos, decorrentes da implantação da APA e de sua gestão.

Os métodos quantitativos que são executados atualmente, não são capazes de analisar e reafirmar a eficiência das políticas e estratégias adotadas na gestão da Área de Proteção Ambiental. Desta forma, Nascimento (2013) criou uma proposição metodológica para análise de impactos socioambientais nas comunidades tradicionais de uma unidade de conservação com foco na APA Chapada do Araripe e teve como principal resultado a elaboração de uma Matriz Cromática de Comparação de Impactos de Gestão (MCCIG). Este mecanismo se utiliza da visão da comunidade para avaliar de forma qualitativa a gestão da APA. Da análise, podem-se depreender metodologias de gestão para ela (APA Chapada do Araripe) e, possivelmente, também para outras áreas de preservação, em realidades diferentes (NASCIMENTO, 2013).

Outra hipótese a ser verificada no trabalho é a importância dos conhecimentos empíricos das comunidades tradicionais não só para o processo gestor, mas também aos conhecimentos científicos. Estes conhecimentos de cunho popular auxiliam no entendimento das interações do homem-natureza resultando em uma maior conservação da biodiversidade e complementando os estudos técnico-científicos.

A replicação da metodologia proposta por Nascimento (2013) para avaliação dos impactos de gestão na APA da Barra do Rio Mamanguape, tende a constatar a importância de entender, analisar e atender aos anseios das comunidades tradicionais na unidade de conservação de forma a incorporar suas perspectivas na

gestão, para facilitar a elaboração e implantação de políticas públicas que atendam todas as premissas objetivadas pela sustentabilidade e por uma gestão efetiva de áreas protegidas.

Com a identificação dos impactos e valoração na percepção das comunidades locais e/ou locais, poderá verificar as distintas percepções e os quadros formulados entre integrantes das comunidades e os gestores da APA. Assim, faz-se necessário inovar na política de gestão ambiental, necessitando da elaboração de uma nova política participativa e horizontalizada, incluindo as comunidades tradicionais e indígenas no processo de gestão, visto que estas comunidades (principalmente as indígenas por estarem inseridas na área e dali tirarem o seu sustento) vivenciam em seu cotidiano as problemáticas existentes dentro da unidade de conservação, já que, de acordo com relatos da própria comunidade, no plano de manejo elaborado para APA houve pouca participação da comunidade indígena. Desta forma, além de democratizar a gestão, une também os conhecimentos comunitários ao processo institucionalizado da gestão buscando uma sustentabilidade efetiva no processo gestor da APA, de forma a preservar as riquezas naturais, alavancar o crescimento econômico e proporcionar qualidade de vida às comunidades tradicionais.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Identificar e avaliar os impactos socioambientais sofridos pelas comunidades indígenas da Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape com base na gestão da APA desde sua criação até os dias atuais.

2.2 Objetivos Específicos

- Analisar o processo histórico de formação da APA e sua gestão, bem como estudar as estratégias traçadas pela gestão e seus impactos nas comunidades aprofundando e entendendo a formação histórico-cultural da APA da Barra do Rio Mamanguape;
- Caracterizar o espaço de estudo abrangido pela gestão da unidade de conservação através de uma visão holística das suas interações sociais, econômicas e ecológicas;
- Elencar os impactos socioambientais decorrentes da gestão, sofridos pela comunidade através de percepções e relatos dos mesmos.
- Atribuir junto à comunidade uma valoração aos impactos elencados pela comunidade de acordo com uma escala de magnitude;
- Elaborar matrizes cromáticas de impactos com base na visão da comunidade e dos gestores;
- Confrontar as visões das duas partes envolvidas na APA (gestão e comunidades tradicionais) para verificar o nível de distanciamento da gestão com as comunidades;
- Propor alternativas para contornar as problemáticas entre a gestão e a comunidade.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O debate do Conservacionismo *versus* Preservacionismo e a lei do SNUC

Logo que surge a criação das primeiras áreas protegidas no modelo como conhecemos hoje em dia, a exemplo do Parque Nacional de Yellowstone, percebe-se uma predominância de uma dicotomia homem-natureza, que de acordo com Diegues (2008), surge com a premissa que para conseguir manter uma região preservada não pode haver a presença humana, excluindo assim as populações locais e comunidades tradicionais, corrente conhecida como preservacionismo. Como primeiro exemplo de modelo de área protegida, o modelo norte-americano passa a ser exportado para outros locais, inclusive o Brasil. Além disso, esse modelo é sugerido e muitas vezes imposto por instituições financeiras, governos e mega-organizações ambientalistas internacionais sem levar em conta a realidade ecológico-cultural dos países tropicais (DIEGUES, 2000).

De início, a fundamentação utilizada para defender a criação e existência de áreas protegidas foi o da “socialização do usufruto, por toda a população, das belezas cênicas existentes nesses territórios” (BRITO, 2000), ou seja, pretendia-se que a natureza fosse protegida da exploração de poucos indivíduos e mantida para o usufruto de todos para sempre (MORSELLO, 2001). Desta forma, as primeiras áreas protegidas, os parques, eram criados com o intuito recreativo para o homem da cidade, o que acarretou em preconizar áreas que continham uma beleza cênica e não áreas de importância ecológica, social e econômica. Apesar desses pressupostos da socialização do usufruto da área por todos, é claro que os que mais se beneficiavam eram as pessoas de maior poder econômico, o que por fim, não era uma verdadeira socialização.

Para Diegues (2008) e Brito (2000), o debate ambientalista é, de forma generalizada e historicamente, polarizada² entre as correntes preservacionistas e conservacionistas. Divisão esta que para McCormick (1992) surge nos Estados Unidos na virada do século XVIII para o século XIX. Diegues (1992) define a

² Todavia, reconhecer que existem cisões não deve levar à ideia de uma polaridade extremada, nem a se desconsiderar as mudanças sofridas pelo ambientalismo ao longo de sua história internacional, ou mesmo a se perder de vista que, em distintas situações de ação, as posições ambientalistas sejam mais ricas do que esses dois polos ideais (CREADO; FERREIRA, 2011).

essência do conservacionismo como o uso adequado e criterioso dos recursos naturais sem exclusão do homem, e o preservacionismo definido como corrente oposta que pode ser descrito pela reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (wilderness).

Diante deste debate é importante destacarmos as definições de Áreas Protegidas, Unidades de Conservação e Espaços Territoriais Especialmente Protegidos. Dentre as definições de áreas protegidas, podemos destacar duas que foram elaboradas de forma internacionalizadas, sendo definidas pela *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN)* e Convenção da Diversidade Biológica (CBD). Assim, áreas protegidas podem ser definidas como “área de terra ou mar especialmente dedicada à proteção e conservação da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais a ela associados e manejada por meios legais ou outros meios eficazes (IUCN, 1994)” ou ainda ser definida de acordo com o artigo 2º da CBD de 1992 como “uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação”.

Já as Unidades de Conservação (UC) se enquadram no que é conhecido por Áreas Protegidas, porém nem toda área protegida é uma UC. As UC's foram instituídas com a criação da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), onde enumerou todas as unidades de conservação dividindo-as em unidades de proteção integral (com caráter mais preservacionista) que não permite a presença humana residindo na sua área e as de uso sustentável (com caráter mais conservacionistas) que permite a presença humana dentro de sua área conciliando suas atividades que necessitam dos usos dos recursos naturais com a sustentabilidade. Desta forma, segundo o SNUC (2000), unidade de conservação é definido como:

“Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

O SNUC definiu doze áreas como sendo Unidades de Conservação, sendo cinco de proteção integral (Estação Ecológica, Parque Nacional, Refúgio da Vida Silvestre, Reserva Biológica e Monumento Natural) e sete de uso sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional,

Reserva Extrativista, Reserva da Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural).

Pode-se afirmar que Espaços Territoriais Especialmente Protegidos é o termo mais abrangente no que se refere a proteção da sociobiodiversidade. O termo é usado na Constituição Federal Brasileira como um dever do poder público para garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, disposto no artigo 225, § 1º, inciso III³.

Silva (2004) os define como:

Áreas geográficas públicas ou privadas (porção do território nacional) dotadas de atributos ambientais que requeiram sua sujeição, pela lei, a um regime jurídico de interesse público que implique sua relativa imodificabilidade e sua utilização sustentada, tendo em vista a preservação e a proteção da integridade de amostras de toda a diversidade de ecossistemas, a proteção ao processo evolutivo das espécies, a preservação e a proteção dos recursos naturais" (SILVA, 2004, p. 230).

Os Espaços Territoriais Especialmente Protegidos podem ser também “a totalidade das áreas, públicas ou privadas, sujeitas a regimes especiais de proteção, ou seja, sobre as quais incidam limitações objetivando a proteção, integral ou parcial, de seus atributos naturais” (LEUZINGER, 2002, p. 93).

É importante salientar que toda unidade de conservação é uma espécie de espaços territoriais especialmente protegidos, porém elas não devem se confundir. Nem todo espaço territorial especialmente protegido se confunde com unidades de conservação, mas estas são também espaços especialmente protegidos (SILVA, 2004: p. 228 e 230).

O mesmo cuidado deve-se ter para as Áreas Protegidas. Foram definidos pelo governo brasileiro os seguintes espaços territoriais especialmente protegidos que deveriam integrar as áreas protegidas, em cumprimento à CDB: áreas terrestres e marinhas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, as terras indígenas e territórios quilombolas (PEREIRA; SCARDUA, 2008). Estas definições foram

³ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

III - definir, em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidos somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

(...).

elaboradas pelo Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), instituído pelo Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, e fala também que as demais áreas protegidas como reservas legais e áreas de proteção permanente devem ser tratadas como no planejamento de paisagem com uma visão ecossistêmica para conectividade entre os fragmentos naturais de áreas protegidas, servindo como corredores ecológicos.

É característico na Lei do SNUC a dualidade entre conservacionismo e preservacionismo, apesar de ter tido um intenso debate entre diversos setores desde sua proposta em 1992. Ferreira (2004) relata que a aprovação da referida lei apesar dos vetos e críticas que podem ser dirigidas ao seu resultado final, foi consequência de acordos entre organizações não-governamentais (ONGs), agências governamentais e representantes da sociedade civil, mesmo com grandes embates no decorrer de suas discussões.

Creado e Ferreira (2011) afirmam que o relator do projeto da lei do SNUC entre 1992 e 1995, Fábio Feldmann, reconheceu a existência de duas linhas principais no ambientalismo brasileiro relativo a presença humana em unidades de conservação, sendo elas:

“(1) uma defensora da existência de áreas resguardadas da interferência humana, em prol do conhecimento e da operação dos ecossistemas pelas futuras gerações; e (2) outra defensora da presença das populações tradicionais, mais tolerante à presença humana em espaços sob regime de proteção” (CREADO; FERREIRA, 2011).

A ideia dessas duas vertentes se estende além da criação de uma unidade de conservação para a sua gestão e manutenção, mesmo em unidades de uso sustentável é muito comum observar a exclusão de comunidades tradicionais na sua criação e gestão. É na perspectiva da conservação da sociobiodiversidade⁴ que a etnoconservação atua, acreditando, de forma geral, que a presença humana é importante para manutenção do ecossistema desde que de forma regulada e mantendo as características tradicionais da comunidade que se insere dentro

⁴ Cada vez mais a diversidade cultural humana — incluindo a diversidade de línguas, crenças e religiões, práticas de manejo do solo, expressões artísticas, tipos de alimentação e diversos outros atributos humanos — é interpretada como sendo um componente significativo da biodiversidade, considerando as recíprocas influências entre o ambiente e as culturas humanas. Desse modo, o conceito de biodiversidade vem sendo ampliado para o de sociobiodiversidade. (ALBAGLI, 1998)

daquela área e que a crítica deve ser direcionada ao processo de expansão urbano-industrial e seu modo de produção.

Essa dicotomia gera uma dualidade, uma rivalidade, um desequilíbrio entre as formas de conhecimento, onde o conhecimento científico como uma forma hegemônica de conhecimento, que muitas vezes despreza o conhecimento tradicional e/ou local das comunidades. É nessa perspectiva que Diegues (2008) expõe que os neomitos⁵ da conservação, como toda mitologia antiga, tem seus “guardiões, que vem a ser “as entidades preservacionistas, instituições públicas ambientais; além de seus sacerdotes — os administradores dos parques, e seus auxiliares iluminados pelo conhecimento empírico-racional, os cientistas naturais que definem o que é biodiversidade, como a natureza deve ser preservada etc” (DIEGUES, 2008, p.69).

Em lugar da etnociência, instala-se o poder da ciência moderna, com seus modelos ecossistêmicos, com a administração "moderna" dos recursos naturais, com a noção de capacidade de suporte baseada em informações científicas (na maioria das vezes, insuficientes) (DIEGUES, 2008, p.69). Com isso, pode-se associar que um país, como o Brasil, com uma imensa biodiversidade e que ao mesmo tempo conta com uma deficiência de material financeiro e humano para o trabalho de proteção e conservação, agravado pela ineficiência na fiscalização, deve, desta forma, contar com as populações tradicionais e/ou locais como uma alternativa para auxílio na conservação da natureza com o seu rico conhecimento ecológico local. É dentro dessa dinâmica que muitas vezes os gestores de unidades de conservação agem, exercendo um relacionamento *top-down* (cima pra baixo). O ideal é que esses conhecimentos sejam somados, para que as comunidades tradicionais possam ter mais autonomia em sua terra em consonância com os objetivos de conservação dos gestores.

3.2 Unidades de conservação e a sobreposição a terras Indígenas

A criação de unidades de conservação com o objetivo de conservação de ecossistemas e da biodiversidade, atualmente tem sido considerado uma das principais estratégias para conservação do meio natural, principalmente em países

⁵ Diegues trata de Neomitos como um mito imposto, na ocasião, o mito da natureza selvagem intocada.

em desenvolvimento. O Brasil mantém uma média de área preservada superior à média mundial, porém não é apenas a quantidade que importa, mas também a qualidade, que frequentemente é deixada de lado e tem como reflexo a má qualidade na gestão da maioria dessas áreas. Muitas vezes a criação dessas áreas é pensada de cima para baixo com exclusão da própria comunidade humana do processo de criação e muitas vezes levando em consideração o caráter unicamente científico. Esse mal planejamento resulta em problemas críticos no que se refere as unidades de conservação, como por exemplo a sobreposição a terras indígenas.

A discussão relativa à sobreposição de UC's com terras indígenas (TI) frequentemente “desce ao nível da acusação, como se houvesse uma intenção deliberada da área ambiental em suprimir direitos indígenas ou dos índios e organizações que os apoiam para inviabilizar a conservação da biodiversidade” (SANTILLI, 2004, p.11).

De acordo com a FUNAI (2017), as terras indígenas representam cerca de 13% do território nacional, o que corresponde a 116.997.082,25 hectares. O Instituto Socioambiental - ISA (2017) afirma que as unidades de conservação criadas e geridas pelo governo federal representam cerca de 9,2% do território nacional, sendo que 4,5% correspondem a UC's de categoria proteção integral e 4,7% a UC's de categoria uso sustentável. Brasil (2011) afirma que as UC's federais, estaduais e municipais correspondem a quase 1,5 milhões de km², ou 16,6% do território continental brasileiro e 1,5% do território marinho.

É nessa conjuntura nacional que as sobreposições de TI's com UC's se enquadram, dificultando o processo de gestão e tomada de decisões de uma determinada área. Apesar do esforço que tem sido realizado nos últimos anos para solucionar a questão de sobreposição entre terras indígenas e UCs, hoje existem aproximadamente 88 mil km² de sobreposição, o que corresponde a 3,7% das áreas protegidas no Brasil, ou 1% do território brasileiro (GURGEL et al, 2009).

Na Figura 01, pode-se observar a distribuição de terras indígenas e unidades de conservação por bioma. No que se refere as TI's, não foram consideradas as áreas sobrepostas, o que acarretou na redução de pouco mais de 1% de sua área total. Apesar de inicialmente a quantidade de áreas sobrepostas parecer pouco, é uma quantidade bastante considerável e que causa muitos problemas no que se

refere a gestão áreas protegidas. Por mais que apenas uma parcela pequena de uma unidade de conservação seja sobreposta, o mesmo pode causar problemas na gestão de toda unidade. Assim, em casos de conflitos decorrentes de áreas sobrepostas, deve-se manter um alto nível de flexibilidade e trabalhar junto as comunidades inseridas na unidade de conservação, sejam elas indígenas ou não indígenas, para se atingir o objetivo principal que é a conservação da sociobiodiversidade.

Figura 01: Distribuição das UC's e TI's por Biomas

Grupo	Categoria	Amazônia		Caatinga		Cerrado		Mata Atlântica		Pampa		Pantanal		Áreas marinhas*		Total continental	% continental
		Área (km ²)	% do bioma	Área (km ²)	% do bioma	Área (km ²)	% do bioma	Área (km ²)	% do bioma	Área (km ²)	% do bioma	Área (km ²)	% do bioma	Área (km ²)	% do bioma		
Proteção integral (PI)	Estação ecológica	100.685	2,40%	1.303	0,16%	12.212	0,60%	1.474	0,13%	1.109	0,62%	143	0,09%	224	0,01%	116.925	1,37%
	Monumento natural	0	0,00%	292	0,04%	295	0,01%	174	0,02%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	762	0,01%
	Parque	265.018	6,31%	6.275	0,76%	43.574	2,13%	19.573	1,75%	712	0,40%	3.263	2,16%	3.829	0,11%	338.414	3,97%
	Refúgio de vida silvestre	0	0,00%	0	0,00%	3.549	0,17%	436	0,04%	26	0,01%	0	0,00%	1	0,00%	4.011	0,05%
	Reserva biológica	49.202	1,17%	44	0,01%	226	0,01%	2.050	0,18%	186	0,10%	0	0,00%	556	0,02%	51.708	0,61%
Subtotal		414.904	9,88%	7.915	0,96%	59.856	2,93%	23.708	2,12%	2.032	1,14%	3.405	2,25%	4.610	0,13%	511.819	6,01%
Uso sustentável (US)	Floresta	300.810	7,16%	535	0,06%	672	0,03%	329	0,03%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	302.346	3,55%
	Reserva extrativista	127.711	3,04%	19	0,00%	893	0,04%	686	0,06%	0	0,00%	0	0,00%	5.286	0,15%	129.309	1,52%
	Reserva de desenvolvimento sustentável	110.753	2,64%	2	0,00%	588	0,03%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	111.342	1,31%
	Reserva de fauna	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Área de proteção ambiental	147.414	3,51%	51.614	6,23%	97.881	4,80%	61.178	5,47%	4.198	2,35%	0	0,00%	41.713	1,17%	362.286	4,25%
	Área de relevante interesse ecológico	187	0,00%	200	0,02%	66	0,00%	215	0,02%	30	0,02%	0	0,00%	100	0,00%	697	0,01%
	RPPN	396	0,01%	486	0,06%	1.371	0,07%	1.147	0,10%	12	0,01%	2.610	1,73%	0	0,00%	6.022	0,07%
Subtotal		687.270	16,37%	52.856	6,38%	101.471	4,97%	63.555	5,69%	4.240	2,37%	2.610	1,73%	47.099	1,32%	912.002	10,71%
Total PI e US		1.102.175	26,25%	60.770	7,34%	161.327	7,90%	87.263	7,81%	6.271	3,50%	6.015	3,98%	51.709	1,45%	1.423.821	16,72%
Terra indígena**		900.485	21,45%	2.274	0,27%	83.079	4,07%	5.503	0,49%	697	0,39%	1.996	1,32%	257	0,01%	994.033	11,67%
Total geral		2.002.659	47,70%	63.044	7,61%	244.405	11,97%	92.766	8,30%	6.968	3,89%	8.011	5,30%	51.967	1,46%	2.417.854	28,39%

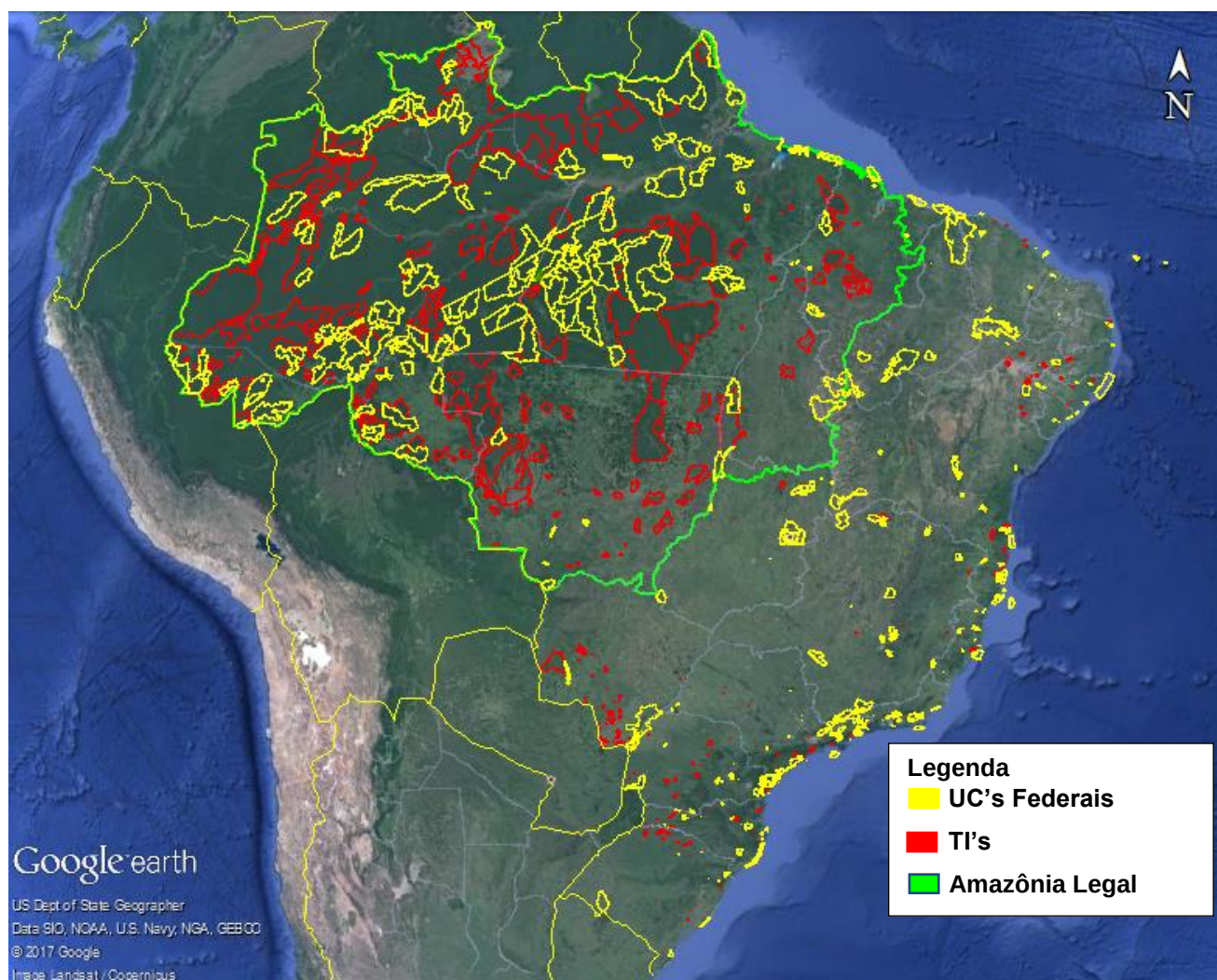
Fonte: Gurgel et al (2009)

*A área marinha utilizada corresponde às águas jurisdicionais brasileiras (mar territorial, zona contígua e zona econômica exclusiva: 3.555.796,4 km²)

** Para o cálculo de área desta tabela foram retiradas todas as sobreposições de terra indígena com UCs.

No Mapa 01, observa-se a localização de todas as UC's brasileiras de cunho federal e todas as terras indígenas, é possível observar algumas sobreposições entre elas, umas com vastas áreas sobrepostas e outras com pequenas parcelas de sobreposição.

Mapa 1 - Localização das UC's federais, terras indígenas e suas sobreposições



Fonte: Proprio autor, adaptado de FUNAI (2017), MMA (2017)

Pode-se observar também que a maior parte das TI's e UC's ficam na amazônia legal e consequentemente a maioria das terras sobrepostas também se encontram na amazônia legal, porém não é raro localizar esse tipo de conflito em outras áreas fora da amazônia legal. De acordo com Ricardo e Macedo (2004, p.09), 98,54% das terras indígenas brasileiras se encontram inseridas na Amazônia Legal. Ainda segundo Ricardo e Macedo (2004, p.08), os conflitos decorrentes de sobreposição de TI's com UC's costumam adiquirir características mais graves em terras fora da amazônia legal, onde as extensões são menores e se encontram com

o entorno mais degradado e ocupação mais densa e antiga por parte da sociedade envolvente. Os povos indígenas localizados fora da amazônia legal costumam estar em um processo maior de globalização, o que pode agravar os conflitos. É mais fácil mediar um conflito de sobreposição em áreas mais isoladas que em locais mais urbanizados, pois em locais mais afastados há uma maior preservação da cultura indígena que em áreas mais “desenvolvidas”, o que acarreta em uma menor degradação ambiental por parte dos indígenas. Muitas vezes a presença dos índios asseguram até em uma maior conservação da biodiversidade devido seu modo de vida e do seu manejo tradicional até mesmo de atividades econômicas não tradicionais. Para Oliveira (1998), os “índios misturados” do nordeste⁶ encontra-se em realidade diferente em relação aos demais índios do Brasil devido ao seu processo intenso de colonização, o que acarretou numa grande inserção dos índios na economia e nas sociedades regionais, caracterizados pelo fato de que os índios do Nordeste eram sertanejos pobres e sem acesso a terra. Nesse contexto, o processo de aculturação ocorreu com uma intensidade ainda maior. Vale ressaltar que as atividades econômicas não tradicionais desses povos, ainda se mostram menos danosas e agressivas devido ao fato de não serem produções em larga escala.

Para Parajuli (2006), certos grupos sociais, nas quais suas maneiras de formação e reprodução societária estão sustentados na dependência mútua e no câmbio cotidiano com o ecossistema, terminam sendo afetados de diversas formas por outros povos hegemônicos nas quais suas necessidades e anseios só podem ser satisfeitos a partir da exploração de outros territórios. Parajuli (1998) denominou esses povos de etnias ecológicas, pois devem negociar constantemente com seus ambientes imediatos e evoluíram um relacionamento de "dar e receber" com seus respectivos ecossistemas.

⁶ Oliveira (1998), relata que é bastante comum tentar desmerecer ou desqualificar os índios do nordeste afirmando que são remanescentes de povos indígenas, o que dá margem para afirmar que não existem índios no nordeste. Ainda segundo o autor, nas últimas décadas, o “fato social” vem se impondo como característico do lado indígena do nordeste, um processo chamado de etnogênese que abrange tanto a emergência de novas identidades quanto a reinvenção de etnias já conhecidas. Etnogênese é “o ressurgimento de grupos étnicos considerados extintos, totalmente “miscigenados”, ou “definitivamente aculturados” e que, de repente, reaparecem no cenário social, demandando seu reconhecimento e lutando pela obtenção de direitos e recursos” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 39-40).

3.3 Etnoconservação e a Gestão De Áreas Protegidas

A conservação de áreas naturais no Brasil, apesar dos avanços, ainda continua, em grande parte, pouco democrática e participativa ou ainda com uma democracia participativa mascarada, que na prática não há participação efetiva das comunidades na gestão e nas tomadas de decisões, isso ocorre em todos os níveis que passam desde a criação até a gestão e a manutenção das unidades de conservação.

Nesse sentido, as instituições de pesquisa e de gestão desses ambientes se defrontam com o grande desafio de fazer uma análise crítica dos modelos de conhecimento e gestão ainda hoje utilizados e propor novas alternativas de conservação que sejam mais democráticas e participativas, que beneficiem a conservação da biodiversidade e da diversidade cultural, mais interdisciplinares e intensivas em ciência e conhecimentos tradicionais, resultando numa proteção mais eficaz dos habitats e numa melhoria de vida das comunidades humanas que vivem na floresta, na zona costeira, às margens de rios e lagos brasileiros (DIEGUES, s.d.).

A conservação, expressão que pode ser considerada recente, constantemente é definida apenas por características técnicas e científicas sem introduzir outros aspectos e teorias mais abrangentes que analisem a relação do homem com a natureza. Essa visão é decorrente de um pensamento antropocêntrico e positivista que domina a sociedade no qual coloca a natureza como um bem de serviço, ou um recurso natural⁷, que deva servir a humanidade. Essa forma de pensamento coloca em confronto as formas de conhecimento, excluindo aqueles que não têm o conhecimento técnico-científico, colocando em confronto o conhecimento técnico *versus* o conhecimento “tradicional”. É por aí que começam os problemas, pois haverá tantas definições quantos forem os pressupostos teóricos e as correntes de pensamento e ação que constroem a chamada conservação (DIEGUES, 2000).

Desta forma, coloca-se frente a frente duas perspectivas distintas. Uma, carregando a marca da ciência ocidental, estabelece uma fronteira entre os ecossistemas naturais e as sociedades humanas e demarca a natureza como uma externalidade da qual o homem só participa remotamente (MOSCOVICI, 2007). A outra é praticada por povos tradicionais (indígenas e não indígenas) para os quais o

⁷ A instrumentalização do ser-humano e da natureza pela “tecnociência” em prol do capital e do lucro resulta em uma sociedade que trata a natureza exclusivamente como recursos naturais e as pessoas como força de trabalho.

humano, o natural e o sobrenatural constituem domínios interdependentes (DESCOLA, 2001).

Silva (2015) defende que se esse dualismo amolda-se com os princípios da manipulação e controle, a conservação da natureza encontraria “sua melhor expressão na unidade diversa e indivisível das cosmologias tradicionais” e que tanto no campo da ciência quanto da proteção ambiental, seja considerando a natureza como externalidade para obter seu controle, seja isolando-a do homem com fins de proteção, esse antagonismo entre o ser humano e a natureza deve ser questionado e subordinado a outras alternativas. Esta dualidade termina por servir tão somente ao avanço do desenvolvimento econômico e tecnocientífico a qualquer custo, quanto por desconsiderar as relações mutuas e metabólicas dos povos tradicionais com o meio ambiente natural que tem também a função de conservação da biodiversidade.

A perspectiva hegemônica, mais antropocêntrica, resvala no modo de criação e gestão das unidades de conservação, de modo que a resistência e as intervenções pontuais dos defensores do recente termo “etnoconservação” demonstra-se muito relevante para difusão da ideia que atualmente vem ganhando espaço. Observa-se em torno do desenvolvimento das formas de conservação no Brasil que as características que excluem as comunidades tradicionais do objetivo da preservação são predominantes, apesar da lei do SNUC ter tido um certo “sucesso” para o lado conservacionista, é fácil observar que há ainda uma grande criação de UC’s de proteção integral⁸ e constantemente as comunidades tradicionais são excluídas da gestão das unidades de uso sustentável.

De acordo com Degues (s.d.), o ponto de partida para experiências de outros modelos de conservação não surgem de propostas das instituições governamentais e nem das universidades, mas sim dos movimentos sociais, com destaque para os povos indígenas, seringueiros da Amazônia, pescadores artesanais e outros povos tradicionais, com propostas alternativas práticas aos modelos de conservação excludentes, a exemplo das reservas extrativistas florestais e marinhas, reservas de desenvolvimento sustentável, experiências de manejo sustentável na Amazônia, entre outros. Essas práticas podem e devem combinar

⁸ De acordo com o Instituto Socioambiental (2017), as UC’s de proteção integral representam cerca de 45% das unidades de conservação federal.

unidades de proteção integral como parques nacionais em áreas desabitadas, com unidades de proteção de uso sustentável, formando mosaicos que possam ser apropriados ecológica, cultural e socialmente pelas populações tradicionais (DIEGUES, s.d). Essa forma de mosaico gera uma integração que torna mais efetiva a manutenção dos serviços ecossistêmicos⁹, contando com a participação das comunidades tradicionais como transmissor desse manejo e garantindo uma maior sustentabilidade de áreas protegidas, ou ao menos, uma prática que caminha em direção à sustentabilidade, se bem empregada, em consonância com outras práticas de manejo e controle na exploração e consumo desses serviços ecossistêmicos, já que de acordo com o MEA (2005), não basta apenas a manutenção desses serviços, mas também a redução do seu consumo pois o uso humano de todos os serviços ecossistêmicos está crescendo rapidamente. Aproximadamente 60% (15 de 24) dos serviços ecossistêmicos (incluindo 70% dos serviços regulatórios e culturais) estão sendo degradados ou utilizados de forma insustentável. De 24 serviços ecossistêmicos de provisionamento, culturais e reguladores, o uso de 20 continua a aumentar. O uso de um serviço, a pesca de captura, agora está em declínio como resultado de um declínio na quantidade de peixes, que por sua vez é devido à captura excessiva de peixes nas últimas décadas. Dois outros serviços (lenha e fibra) apresentam padrões mistos. O uso de alguns tipos de fibras está aumentando e outros diminuindo; No caso da lenha, há evidências de um recente pico de uso (MEA, 2005).

Frequentemente, as comunidades tradicionais são postas como um entrave ou um problema por gestores de unidades de conservação ou até mesmo para criação de uma nova UC. Muitas vezes são classificados como incapazes de desenvolver um manejo, ou simplesmente são ignorados e excluídos para “facilitar” os processos burocráticos. Ao renegar o conhecimento das comunidades tradicionais está, concomitantemente, renegando a própria existência humana no qual é decorrente do próprio conhecimento empírico de onde derivou-se todas as

⁹ A *Millennium Ecosystem Assessment* - MEA, (2005), serviços ecossistêmicos são os benefícios oferecidos pelo ecossistema, nos quais podem ser de provisão ou provisionamento (de onde provém os recursos), reguladores, serviços culturais e serviços de apoio. Exemplificando-os, temos: Serviços de provisão: água, madeira, fibras e recursos genéticos; Serviços reguladores: regulação do clima, inundações, doenças e qualidade da água, bem como tratamento de resíduos; Serviços culturais: recreação, prazeres estéticos e realização espiritual; e os Serviços de apoio: formação do solo, a polinização e o ciclo de nutrientes.

outras “formas” de conhecimento. Ao mesmo tempo em que apenas reconhecer tal conhecimento como importante ou ter a concepção de beleza cultural e não dar condições da práxis é renegar sua importância na conservação da natureza, em outras palavras é permanecer na mesmice, modificando o discurso, os meios e mantendo os fins.

3.4 Gestão Participativa em Unidades de Conservação

A promulgação da Constituição Federal de 1988 explicitou a necessidade de construção de espaços públicos em vários setores de definição e execução de políticas públicas, dentre elas o ambiente (LOUREIRO; CUNHA, 2008). Mais especificamente, com a Lei Federal n.º 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a gestão participativa em unidades de conservação torna-se obrigatória.

Apesar de o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) prever como instâncias decisórias o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e os conselhos estaduais (Conema) e estimular a descentralização administrativa por meio da criação de conselhos municipais, ainda não parece claramente definido nos textos legais o que se pretende com a gestão participativa, compartilhada e descentralizada e qual ou quais modelos de participação devem ser institucionalizados (FRANÇA, 2006). Essa falta de objetividade se estende também aos conselhos das UC's, definidos pelo SNUC como principal característica do modelo de gestão participativa, compartilhada e descentralizada.

De acordo com o SNUC, maior parte dos conselhos tem um caráter consultivo, como é o caso das UC's de proteção integral e boa parte das unidades de uso sustentável. Se tratando de UC's de uso sustentável, apenas as Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) são formadas por conselhos deliberativo, as demais, de forma geral, são formadas conselhos consultivos e que em alguns casos podem ser deliberativos. Vale ressaltar que a RESEX e a RDS são unidades que surgiram de demandas dos movimentos sociais encabeçados, principalmente, por comunidades tradicionais que viam nesses modelos uma forma de manejo do meio ambiente sem afetar seus processos econômicos e interações sociais.

Apesar da importância desse modelo de gestão, a gestão participativa ainda é muito pouco praticada, e quando praticada é, em grande parte, ineficiente ou aplicada de forma não efetiva. Nesse âmbito, também se relatam dificuldades na efetivação e no funcionamento dos conselhos, que vão desde a ambiguidade ou a omissão da lei, referente a algumas categorias de UCs, à falta de procedimentos claramente definidos (MMA, 2004), que impeçam a utilização desse instrumento como um espaço que apenas refere interesses de grupos específicos, sem representar um local de construção da cidadania, entendida como condição efetiva de participação, deliberação e apropriação do que é socialmente produzido (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

Muito frequentemente a participação das comunidades tradicionais nos processos de gestão só acontece para referendar o que está exigido em lei, de forma que a participação efetiva é mínima, muitas vezes a realização de reuniões, audiências, etc... ocorrem de forma a não dar condições para participação efetiva da comunidade, seja por distância do local de realização, por horários inoportunos, por excesso de utilização de termos e materiais muito técnicos diante de uma comunidade com baixa escolaridade ou até mesmo por descrença da comunidade nos processos ditos “democráticos” que se enquadram mais em processos burocráticos.

Para Costa e Silva (2012), se na prática a gestão participativa nas UC's brasileiras, principalmente nas Áreas de Proteção Ambiental (APA's), ainda patina, em uma perspectiva acadêmica, a literatura acerca do tema pouco trata do processo de participação em si, as dinâmicas que se dão no momento em que esta acontece, os jogos de interesses e os conflitos inerentes aos sujeitos e grupos, ou seja, sobre o processo de negociação que ocorre ao se realizar uma gestão por conselho. Pode-se observar que dentro do meio acadêmico as discursões acerca da gestão participativa em UC's muitas vezes se restringem a análises técnicas do que já está escrito, das leis, dos métodos e quase nunca na forma que é implementando, como funciona na prática os conselhos gestores, as relações existentes entre os representantes sociais que pode, dentro dos conselhos, refletir a relação social de classes existente, continuando a correlação injusta de forças. É importante não somente dar base para participação da sociedade nos conselhos gestores, mas também dar condições de participação, dar forças aqueles considerados mais

“fracos” economicamente falando e que representam a estrutura social coletiva para que não sejam engolidos pelos interesses privados.

Por outro lado, apesar das falhas na sua implantação, a gestão participativa é um mecanismo de suma importância para se atingir a sustentabilidade em áreas protegidas. Sabe-se do *déficit* de corpo técnico para gestão dessas áreas e a gestão participativa surge também como a extensão e multiplicação desses agentes gestores nas áreas protegidas, mais especificamente nas unidades de conservação. Obviamente o cotidiano exige das equipes que atuam na UC superação de desafios para as quais estas nem sempre estão suficientemente preparadas. E mesmo que tenham preparação, diante da enormidade da tarefa, sozinhas não seriam capazes de atender a tantas e tão urgentes demandas, isolando-se no interior da UC. Por isso, a gestão participativa é apontada como estratégica na mediação dos conflitos socioambientais, no diálogo com a sociedade, na articulação interinstitucional para efetividade na conservação da sociobiodiversidade (ICMBio, 2015).

É muito comum que a gestão de uma unidade de conservação só esteja presente junto às comunidades para políticas proibicionistas e restritivas, fato que dificulta ainda mais a integração da gestão com a comunidade. Em muitos casos, devido a ausência da gestão em atuações preventivas e de educação ambiental, as comunidades sequer sabem que estão inseridas em uma unidade de conservação, ou pior, nem sabem o que é uma UC. É importante considerar que, se a sociedade não estiver integrada à gestão de UC e percebê-la apenas como restrição ao uso, sua percepção será negativa e nunca será parceira na proteção dos recursos naturais (FRANÇA et al, 2006).

Assim, a educação ambiental e a gestão participativa estão intrinsicamente ligadas, de forma que a educação ambiental seja emancipatória e garanta a autonomia das comunidades. É uma importante ferramenta para alcançar a efetivação de uma gestão participativa. Para Loureiro e Cunha (2008), uma ação educacional para se atingir a sustentabilidade e a gestão participativa em uma UC exige transparência nas relações e nos processos instituídos entre os grupos sociais envolvidos com a gestão e, sob controle social, o fortalecimento do estado de forma que possa garantir: 1) reversão dos processos privatistas-mercantis da natureza; 2) mobilização e organização popular para o atendimento a necessidades materiais

básicas e à justiça distributiva, associado às necessidades de conservação (visando a sustentabilidade democrática); e 3) problematização historicizada da realidade socioambiental e busca de alternativas econômicas com os grupos sociais, particularmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioambiental, garantindo a devida autonomia aos mesmos.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa tem por finalidade incluir e ouvir, mesmo que minimamente os atores mais excluídos dos processos gestores e decisórios da área os quais estão inseridos, de forma a tentar tornar mais participativo, não somente por meio de representantes, mas sim por uma participação mais ampla de toda comunidade.

3.5 Principais Métodos De Avaliação De Efetividade Da Gestão De UC's Aplicados no Brasil¹⁰

A criação das unidades de conservação representa um importante passo para a conservação dos ecossistemas e para a manutenção da qualidade de vida ao ser humano; além disso, visa garantir o equilíbrio entre as espécies e biodiversidade suficiente para a sobrevivência das futuras gerações (COSTA et al., 2016). Porém, a criação de uma Unidade de Conservação por si só não garante a proteção e/ou conservação daquele ecossistema, bem como a criação de um plano de manejo, por mais que democrática e bem elaborada que seja, também não garante uma efetividade na conservação, além dessas etapas, as tomadas de decisões da gestão é um fator muito importante. São essas decisões que irão implementar o manejo adequado da área e gerir toda biodiversidade da.

O grande desafio da criação das UCs está em assegurar a efetividade da sua gestão (WWF-Brasil 2012), isto é, avaliar em diversos aspectos pré-selecionados, como estão os processos que vão desde o administrativo, até a efetividade ecossistêmica e de manejo das mesmas (WWF-BRASIL, 2007). É nessa perspectiva que surgem as metodologias de avaliação de gestão de UC's. A primeira discussão sobre o tema ocorreu no III Congresso Mundial de Parques em 1982, em

¹⁰ Apesar da metodologia utilizada nesta pesquisa não ser necessariamente uma ferramenta de avaliação da efetividade da gestão de uma UC, a mesma surge da "hipótese que as estratégias de gestão utilizadas no Brasil não seriam capazes de atender as demandas sociais, ambientais e econômicas das comunidades tradicionais." (NASCIMENTO, 2013). Desta forma vale destacar os métodos de avaliação de efetividade de gestão para justificar a MCCIG como uma ferramenta auxiliar para identificar pontos fortes e fracos da gestão para melhorar sua efetividade.

Bali/Indonésia, liderada por um grupo de membros da Comissão Mundial para Áreas Protegidas (CMAP ou WCPA) da União Mundial para Conservação da Natureza (IUCN) (OLIVEIRA; FRANCO, 2010). Desde então, esse tema tem sido abordado por pesquisadores e instituições com o intuito de desenvolver metodologias e difundi-las para diversas áreas protegidas.

De acordo com Oliveira e Franco (2010), no Brasil, o tema só passa a ter destaque a partir de 2003 com o V Congresso Mundial de Parques realizado em Durban/África do Sul e a Sétima Conferência das Partes da Convenção Sobre a Diversidade Biológica COP7/CDB realizada em 2004, em Kuala Lumpur/Malásia no qual foram firmados acordos com destaque para a necessidade do estabelecimento de meios para monitoramento e a avaliação da efetividade de gestão de áreas protegidas, e com isso algumas ferramentas foram aplicadas nas UC's brasileiras ou adaptadas a realidade do SNUC.

Pode-se verificar que há uma gama de métodos para avaliar a efetividade da gestão e que em boa parte dessas ferramentas alguns aspectos sobressaem perante os outros. Pode-se destacar que maior parte dessas ferramentas tem caráter quantitativo e são voltadas para funcionalidades internas da gestão tais como organização, estrutura, resultados, insumos, planejamento gerencial, dentre outros. E em muitos casos são direcionados apenas aos gestores que ocupam cargos no funcionalismo público, excluindo as comunidades que vivenciam o dia a dia da unidade de conservação.

Com isso, apresentamos sucintamente algumas metodologias mais utilizadas no Brasil e por fim apresenta-se a importância da Matriz Cromática de Comparação de Impactos de Gestão – MCCIG como uma ferramenta complementar para essas avaliações, nos quais pode ser utilizado para descobrir fraquezas e forças para melhoria da gestão da UC de uma forma bem democrática e participativa.

Desta forma destacam-se os seguintes modelos: RAPPAM (*Rapid Assessment and Priorization of Protected Area Management*) desenvolvido pela WWF (*World Wide Fund For Nature*); o EMAP (*Evaluación del Manejo de Areas Protegidas*) decorrente da pesquisa do brasileiro Helder Henrique de Faria; a FAUC

– Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação que foi criado pelo Programa Áreas Protegidas Da Amazônia (ARPA).

3.5.1 RAPPAM

O RAPPAM foi desenvolvido pelo WWF entre os anos de 1999 e 2002 e tem como objetivo “oferecer aos tomadores de decisão e formuladores de políticas relacionadas a unidades de conservação uma ferramenta simples para identificar as principais tendências e os aspectos que necessitam ser considerados para se alcançar uma melhor efetividade de gestão” (ICMBIO; WWF-BRASIL, 2012). O método é aplicado através de questionários aplicados somente aos gestores e que tem como base seis elementos avaliativos, sendo eles: contexto, planejamento, insumos, processos e resultados. Vale destacar que esta metodologia não insere as comunidades tradicionais no processo gestor e tem um caráter quantitativo, aumentando a necessidade de integração com outras ferramentas que possam completar essas características.

Segundo o ICMBio e WWF-Brasil (2012), este método foi aplicado pela WWF-Brasil em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em dois ciclos, o primeiro iniciou no ano de 2005 com a adequação do questionário original do método à realidade do sistema nacional de unidades de conservação e sua aplicação cobriu aproximadamente 85% das 290 UCs geridas pelo IBAMA naquele período e um segundo ciclo no ano 2010, a partir de uma parceria entre o WWF-Brasil e o ICMBio. Neste novo ciclo foram avaliadas 292 unidades, alcançando 94% das 310 UCs geridas pelo ICMBio na época. Por fim, após aplicação dos questionários, valoração e tabulação dos dados a eficiência da gestão é dada em porcentagem, considerando que uma efetividade de 60% acima é uma ótima efetividade, entre 40% e 60% é média e abaixo de 40% é uma efetividade ruim. De acordo com a WWF-Brasil (2017), um novo ciclo foi aplicado em 2015, porém abrangeram apenas 150 UC's, todas elas inseridas na Amazônia.

3.5.2 EMAP (*Evaluación del Manejo de Areas Protegidas*)

O EMAP que culminou como o Manual de Medição da Efetividade de Manejo de Áreas Protegidas foi desenvolvido por um pesquisador brasileiro, Helder Henrique de Faria, iniciando as pesquisas na América Latina e sendo replicado e

desenvolvido posteriormente por diversos outros pesquisadores da América do Sul (Araújo 2007). As UCs de São Paulo, sob tutela do Instituto Florestal, foram o campo principal de estudo na tese de doutorado de Faria (2004), estudando 59 áreas protegidas (PEIXOTO, 2013).

A metodologia EMAP faz uso de indicadores previamente selecionados, e em concordância com os objetivos de manejo propostos pela categoria da unidade de conservação a ser avaliada, utilizando-se da construção de cenários ótimos e atuais para cada indicador, associando-os a uma escala padrão (FARIA, 2004).

O EMAP segue algumas premissas e passos básicos para sua execução, descritos em Faria (2007), sendo eles:

- a. Uso de indicadores, selecionados conforme os objetivos de gestão das UCs a serem avaliadas;
- b. Definição de cenários para cada um dos indicadores: um cenário ótimo, ou ideal e um cenário atual ou a situação encontrada na área;
- c. Articulação desses cenários, de forma a obter diferentes padrões de qualidade, cenários alternativos passíveis de ocorrer no campo;
- d. Associação de cada cenário a um valor de uma escala com 5 níveis de qualidade, onde o maior reflete o cenário ótimo e o menor, as condições totalmente opostas ao alcance dos objetivos de gestão da área. Os cenários intermediários são associados aos demais valores;
- e. Análise dos indicadores, a partir de diagnósticos realizados através de informações secundárias e primárias. A pontuação obtida para os indicadores é disposta em uma matriz e refere-se à situação atual, ou padrão de qualidade, encontrada na UC;
- f. Qualificação da eficácia de gestão (EfG), por meio da comparação do “total alcançado” (somatório das pontuações alcançadas a partir da análise da situação atual dos indicadores) com o “total ótimo” (somatório das maiores pontuações possíveis de serem obtidas – 100%). A grandeza (em porcentagem) resultante é

correlacionada a uma escala que qualifica o padrão de qualidade da gestão, também com 5 níveis, com as mesmas amplitudes de classe da escala usada para a valoração dos indicadores.

A metodologia é aplicada através de questionários direcionado aos gestores e por ter uma maior abrangência de vários cenários, as demandas das comunidades tradicionais podem ser abrangidas, porém ainda sem a participação efetiva das comunidades, carecendo também de uma complementariedade para ocasiões específicas onde nas UC's estejam inseridas populações tradicionais.

3.5.3 FAUC – Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação

Este método, junto com o RAPPAM, é um dos mais abrangentes no Brasil, porém é específico para o bioma Amazônico e é decorrente de outro método desenvolvido pela Aliança Pró Florestal Banco Mundial-WWF para a Conservação e o Uso Sustentável de Florestas (Aliança) denominado *Tracking Tool* (método desenvolvido pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas – CMAP), sendo considerado a evolução deste método.

O método é aplicado através de um formulário de aplicação *on line* e tem a finalidade de permitir a avaliação da efetividade dos recursos investidos, a identificação dos marcos referenciais de estabelecimento e consolidação de UCs, a vinculação dos resultados da FAUC aos recursos financeiros investidos pelo ARPA, e o uso de um sistema de pontuação para planejar metas futuras e simplificar o planejamento orçamentário. A ferramenta de aplicação é composta por três formulários de avaliação aplicados aos componentes de apoio do Programa (Criação, estabelecimento e consolidação) com 21, 1 e 93 questões respectivamente. As questões (indicadores) são agrupados em função dos subprojetos de gestão e em função dos elementos de avaliação da CMAP (SILVA, 2012).

É uma ferramenta que seu resultado final é quantitativo avaliando a gestão em porcentagem, de zero a cem por cento. Mais uma vez, como predominância, dos métodos apresentados, é destinado único e exclusivamente à visão dos gestores, nos quais ficam de fora alguns pontos importantes como a relação dos gestores com

a comunidade, escala de conservação da natureza, manutenção das funções ecossistêmicas, dentre outros.

4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA: A SOBREPOSIÇÃO ENTRE A TERRA INDÍGENA POTIGUARA E A APA DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE

De acordo com o Plano de Manejo (ICMBio, 2014), a APA da Barra do Rio Mamanguape e a ARIE Manguezais da foz do Rio Mamanguape ocupam 14.640 hectares distribuídos em quatro municípios da Paraíba: Marcação, Rio Tinto, Lucena e Baía da Traição. Segundo a FUNAI (2018), o território Potiguara na Paraíba é constituído por três terras indígenas totalizando uma área de aproximadamente 33.801 ha dividido entre a TI Potiguara (21.238 ha de superfície) localizada nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, a TI Potiguara de Monte-Mor (7.530 ha de superfície) nos municípios de Rio Tinto e Marcação e por fim a TI Jacaré de São Domingos (5.032 ha de superfície) nos municípios de Rio Tinto e Marcação.

De acordo com Sampaio (2015), dos 33.801 ha de território indígena e 14.640 ha de UC's cerca de 1.451,20 ha são de sobreposição entre a TI e a APA da Barra do Rio Mamanguape, num trecho que se localiza na margem esquerda do estuário do Rio Mamanguape. Assim, inseridos dentro da APA da Barra do Rio Mamanguape, temos na margem esquerda do Rio Mamanguape povos indígenas que de forma geral sobrevivem de atividades direta ou indiretamente dependente dos recursos naturais daquela área e na margem direita do rio, comunidades não indígenas que também sobrevivem de forma direta ou indireta dos recursos naturais. De acordo com o senso do IBGE (2010), a população indígena nas TI's são compostas por cerca de 19.525 pessoas, não sendo possível indicar a quantidade de residentes na área sobreposta.

O povo potiguara é considerado um povo resistente, de acordo com o ISA (2006) e em relatos de cronistas e viajantes quinhentistas, os potiguaras se enquadravam na categoria “gentios bravos” e a luta pela posse do território tradicional remonta a própria colonização. Ao longo dos anos, essa resistência é transferida na luta pelos seus direitos, inclusive a demarcação de suas terras, e nesse sentindo algumas conquistas podem ser destacadas aos potiguaras. Segundo a FUNAI (2004), no ano de 1931 é constituído na aldeia São Francisco o segundo

posto indígena mais antigo do Nordeste, em 1982 realizaram a primeira autodemarcação de Terra indígena no Brasil, no ano de 1983 a TI Potiguara é demarcada pela FUNAI, em 1995 a FUNAI demarca a TI de Jacaré de São Domingos e, logo em seguida, em 1997 a FUNAI delimita a TI de Monte Mor, sendo reconhecida pelo Ministério da Justiça através de portaria declaratória apenas no ano de 2007.

A demarcação das terras indígenas, por um lado, representa uma grande conquista de uma luta histórica, mas por outro, não impede o avanço da cana, maior ameaça à sustentabilidade do território atualmente, uma vez que alguns Potiguara associam-se aos usineiros na implantação das monoculturas. Por isso, nas décadas de 80 e 90 a criação de unidades de conservação na região buscou proteger fragmentos de Mata Atlântica remanescentes, com a criação da RESEC Mata do Rio Vermelho em 1984, da ARIE Mamanguape em 1985, da REBIO Guaribas em 1990 e da APA Barra do Rio Mamanguape em 1993 (CARDOSO; GUIMARÃES, 2012).

Segundo Campanili (S/D) os Potiguaras provavelmente, são os únicos dentre os povos indígenas situados no Brasil a viver no mesmo lugar desde a chegada dos colonizadores há 500 anos. A bibliografia e os documentos sobre a história do atual Estado da Paraíba evidenciam, desde as notícias mais remotas após o descobrimento do Brasil, à presença dos Potiguaras no litoral paraibano e, mais notadamente, na Baía da Traição. A permanência, contudo se deu a custa de resistência às investidas de diversos invasores (CARDOSO; GUIMARÃES, 2012).

Essa área sempre foi marcada por conflitos, desde a época colonial até os dias atuais. Alguns embates são bastante conhecidos como a disputa por terras após a chegada de uma indústria têxtil e várias indústrias agropastoris e sucroalcooleiras. No ano de 1993 é criada a APA da Barra do Rio Mamanguape, no qual a área sobreposta com a TI Potiguara já demarcada e reconhecida ainda intensificaria mais os conflitos na região. Segundo Cardoso e Guimarães (2012), a APA foi criada com a finalidade de conservação do *habitat* e proteção do peixe-boi marinho e outras espécies sobre exploradas tais como o caranguejo-uçá e também para garantir a conservação dos remanescentes de manguezal e mata atlântica promovendo o uso sustentável dos recursos através de algumas restrições para sua utilização. Além disso, um dos objetivos da criação da APA constante no decreto de criação N°24 de 19 de setembro de 1993 descrito no artigo 2° é a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais. A atuação do órgão fiscalizador para fazer cumprir

suas regras é questionada e muitas vezes desrespeitada pelos Potiguaras, principalmente pela inexistência de espaços de diálogos e discussões sobre gestão dos recursos naturais. Este espaço é reivindicado tendo em vista a ocupação indígena anterior à instituição da APA (CARDOSO; GUIMARÃES, 2012)

De acordo com Cardoso e Guimarães (2012), as unidades de conservação APA da Barra do Mamanguape e ARIE da Foz do Mamanguape são sobrepostas às Terras Indígenas Potiguara e Monte-Mor e sobrepõe-se às terras indígenas afetando territórios das aldeias Acajutibiró, Caieira, Val, Camurupim, Coqueirinho, Tramataia, Brejinho, Três Rios, Jaraguá e Monte-Mor.

Um dos principais conflitos entre os potiguaras e o órgão ambiental fiscalizador é a introdução dos tanques de carcinicultura, estando presentes na APA tanto na parte sobreposta como na parte externa da TI. Para Liedke (2007), desde meados da década de 1990, com o incentivo da iniciativa privada através do investimento na carcinicultura nordestina, muitas famílias potiguaras tem construído tanques dentro das áreas de manguezais nas margens próximas a foz do rio Mamanguape, e esse é um dos principais pontos de conflitos uma vez que a carcinicultura está sendo desenvolvida numa área de sobreposição.

Monnen (2008) afirma que a economia potiguar durante o século XX era basicamente: agricultura, extração de madeira, fruticultura, pesca, criação de animais. Sendo que a maioria dessas atividades, com exceção da pesca, passa a ter um decaimento a partir do ano de 1975.

A seguir serão caracterizadas as quatro aldeias estudadas neste trabalho, utilizando-se tanto de informações bibliográficas quanto informações adicionais do pesquisador através do método da observação participante.

4.1. Aldeia Tramataia

A aldeia Tramataia está localizada no município de Marcação, situa-se na margem esquerda do rio Mamanguape e é uma das maiores aldeias em termos populacionais e a maior aldeia dentre as quatro pesquisadas neste trabalho. De

acordo com SIASI/SESAI/MS¹¹ (2013), a aldeia Tramataia possui uma população de cerca de 826 pessoas.

Foi possível observar que a comunidade se caracteriza por um baixo nível de escolaridade onde a maioria tira o sustento do rio e do mangue, com uma predominância da coleta de mariscos e caranguejeiros e também da pesca de peixes em geral. Geralmente as marisqueiras também pescam siri, aratu e eventualmente pegam ostras, há pescadores que também catam mariscos e caranguejo e os que trabalham com carcinicultura ainda vão ao rio pescar diversos tipos de recursos, porém com menos frequência. O turismo também está presente na aldeia, mas em uma escala bem pequena e pontual ao ponto que não dá para uma família sobreviver apenas desta atividade. Rocha (2010) afirma que em Tramataia ocorre uma grande dependência em relação ao manguezal, sendo a pesca artesanal o principal meio de subsistência, porém, a autora observa que a prestação de serviços e o desenvolvimento do turismo, mesmo que em pequena escala, têm contribuído para a melhoria das condições de vidas nessas comunidades.

Algumas pessoas, porém em menor quantidade, sobrevivem da carcinicultura e pontualmente da agricultura. De acordo com a Fundação Nacional de Saúde - Funasa (2010), a população residente nesta aldeia desenvolvem atividades de agricultura, pesca extrativista, apicultura, piscicultura, turismo e carcinicultura. Segundo Moreira (2008), a Aldeia de Tramataia foi onde ocorreu a construção do maior número de viveiros, cerca de 115 (cento e quinze), sendo a atividade realizada na APA Barra do Rio Mamanguape e submetida a procedimento administrativo para autorização da implementação da atividade, inclusive com a autorização do Chefe da APA Barra de Mamanguape e o licenciamento ambiental do IBAMA, após o Estudo dos Impactos Ambientais – EIA e o Relatório dos Impactos Ambientais – RIMA. Apesar da construção de um grande número de viveiros observa-se poucos índios trabalhando nesta atividade.

Um aspecto importante é que a aldeia possuía uma associação fundada em 1999, a (AIAT), Associação Indígena da Aldeia de Tramataia, que atuava com o

¹¹ Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena - SIASI; Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESA; Ministério da Saúde - MS

objetivo de defender os interesses da aldeia, estando aberta a projetos que fossem do interesse da população local, infelizmente, atualmente a associação está desativada (BARBOSA, 2012). Além disso, a aldeia possui uma colônia de pescadores, a colônia Z-13 e uma associação dos criadores de camarão.

A Embrapa (2008) compilou uma série de informações coletadas a partir de relatos de agentes de saúde sobre o saneamento ambiental no ano de 2004 e constatou que na aldeia Tramataia o destino do lixo é a incineração pelos próprios moradores ou enterra-los no solo, o tratamento da água se dá através de cloração pelos próprios moradores, o tratamento das águas residuárias (saneamento básico) ocorre por fossas e os recursos hídricos provenientes do Rio Mamanguape e da Lagoa da Vage. A partir de relatos dos próprios moradores e da vivência do pesquisador nesta aldeia, observa-se que acrescentou atualmente a obtenção de recursos hídricos através de poços e a passagem do caminhão coletor de resíduos uma vez por semana, fato esse que não extinguiu completamente o hábito de queimar e enterrar os resíduos.

4.2. Aldeia Camurupim

A aldeia Camurupim situa-se logo após a aldeia Tramataia, em direção ao litoral, às margens do rio Sinimbu, o último afluente da margem esquerda do Rio Mamanguape, mantendo assim características tanto físicas quanto econômicas bastante similares. Localiza-se também no município de Marcação tem uma população indígena considerável, de acordo com SIASI/SESAI/MS (2013), a população indígena é composta por 493 potiguaras. Observou-se uma predominância de caranguejeiros, a maioria residentes na divisa com a aldeia Tramataia numa região em que os próprios índios denominam como “favela” devido ao fato de até pouco tempo ter uma predominância de casas de taipa. Além desse recurso, os potiguaras da aldeia Camurupim sobrevivem da pesca de peixes e mariscos como principal recurso tanto para consumo quanto para comércio e em menor escala de ostra, aratu e siri. Nishida et al. (2004) registraram, entre os moradores das comunidades de Tramataia e Camurupim, localizadas no Estuário do Rio Mamanguape (PB), que a atividade de catação de moluscos é restrita à catação de marisco, demonstrando a importância deste recurso para os pescadores/as que vivem às margens desse estuário.

A presença da carcinicultura é forte também na aldeia Camurupim mesmo contando com o envolvimento direto de apenas poucos potiguaras no manuseio e gestão dos viveiros. Moreira (2008) afirma que a Aldeia de Camurupim foi a primeira aldeia indígena Potiguara na Paraíba a realizar essa atividade.

Diferente de Tramataia, o turismo é mais forte, com destaque para os condutores de barcos de turismo que conduzem os turistas para conhecer a região litorânea e estuarina. A depender da época, os condutores intercalam entre trabalhar na Barra de Mamanguape (comunidade não indígena situada na margem direita do Rio Mamanguape) e na aldeia Coqueirinho onde a visitação de turistas é mais intensa. Apesar do fluxo de turistas ser mais intenso que na aldeia Tramataia, pode-se considerar ainda pequeno se levar em consideração o potencial turístico da região.

Segundo Cardoso e Guimarães (2012) Camurupim, quase não tem área para plantar, pois se situa numa região onde predomina o manguezal e coqueirais e os poucos terrenos disponíveis estão ocupados pela cana. Ainda segundo os autores, através de informações obtidas por uma liderança, afirma que por mais pressão que as famílias exerçam sobre os plantadores de cana, estes não liberam a área, no mínimo, os donos das plantações permitem que outras pessoas cultivem feijão e milho no período da entressafra, porém quando chega o tempo de plantar a cana, quem não conseguir colher acaba perdendo a produção.

De acordo com a Embrapa (2008), o saneamento ambiental de Camurupim consiste na disposição dos resíduos sólidos enterrando-os no solo e queimando-os, o tratamento da água se d  através da cloração pelos próprios moradores, os esgotos são destinados às fossas e os recursos hídricos provenientes de cacimba e do Rio Sinimbu.

4.3. Aldeia Coqueirinho

A aldeia Coqueirinho localiza-se na faixa litorânea no município de Marcação e tem algumas características peculiares, a população indígena residente é muito baixa, segundo informações dos moradores cerca de apenas 50 pessoas moram em Coqueirinho embora haja uma grande quantidade de casas, mas a maioria são casas de veraneio e vivem fechadas durante boa parte do ano, principalmente no

período chuvoso. Segundo o SIASI/SESAI/MS (2013) a população indígena é de apenas 57 pessoas. Além disso, a população residente tem uma idade média muito elevada com bastante idosos, isso foi perceptível durante as visitas à aldeia e observado nos relatos durante a aplicação do grupo focal.

A maioria das pessoas vive do turismo, alguns de viveiro de camarão e segundo relatos há apenas duas marisqueiras, dois pescadores e a maioria dos moradores são aposentados. Assim, nesta aldeia predomina-se a subsistência a partir do turismo de base comunitária, há muitos restaurantes nos locais e guias turísticos que geralmente fazem um passeio para conhecer todo estuário e a barreira de recife, que vai desde a Barra de Mamanguape até a cidade de Baía da Traição. Em períodos chuvosos a atividade turística reduz bastante, alguns restaurantes ficam fechados durante esse período e em determinados dias e horários a aldeia fica deserta.

Uma das grandes dificuldades dos moradores de Coqueirinho é a obtenção de água, no qual é proveniente de poços, porém como a aldeia se encontra bem próximo ao mar, a intrusão faz com que a água seja mais salinizada que o normal e com a qualidade baixa para consumo, tornando ainda mais difícil encontrar poços adequados para o abastecimento humano. Segundo relatos dos moradores, a introdução dos viveiros de camarão-complicou ainda mais a situação.

4.4. Aldeia Brejinho

De acordo com o SIASI/SESAI/MS (2013), a aldeia Brejinho tem uma população indígena total de 293 pessoas. Está localizada também no município de Marcação e possui uma área territorial considerável, faz divisa com a aldeia Tramataia margeando o rio Mamanguape e estendendo-se até os limites da rodovia PB-041. Por possuir uma extensão territorial maior, algumas características socioeconômicas modificam em relação as demais aldeias estudadas, há uma presença mais intensa da agricultura, tanto familiar quanto grandes plantações de cana-de-açúcar. Dentre as aldeias do território, as maiores produtoras de cana, segundo relatos e dados da Funai são Estiva Velha, Jacaré de César, Jacaré de São Domingos, Forte, São Francisco, Silva de Belém, Grupiúna, Brejinho, Silva e Camurupim (CARDOSO; GUIMARÃES, 2012).

Em brejinho há ainda uma forte presença de catadores de caranguejo, poucas marisqueiras já que sua posição se encontra longe das “croas”, faixas de terras que surgem no leito do rio, e são locais de extração de mariscos. Ainda há presença da carcinicultura, porém em menor quantidade que as demais. Esse fato é confirmado por Cardoso e Guimarães (2012). A área na altura de Brejinho chegou a ser desmatada para a implantação de viveiros e encontra-se em regeneração. Independente da escolha entre o mangue ou apicum para implantar os viveiros, muitos compreendem e destacam a importância socioeconômica e ambiental dos dois. No caso dos apicuns, preferidos para a implantação dos viveiros é considerado um ambiente de fartura de guaiamuns, portanto uma área de grande importância econômica (CARDOSO; GUIMARÃES, 2012).

Segundo a Embrapa (2008), o saneamento ambiental da aldeia Brejinho se dá através da disposição dos resíduos sólidos enterrados no solo e incinerados, o tratamento da água para abastecimento muitas vezes inexistente e quando existe é através de filtração e/ou cloração realizada pelos moradores, o saneamento básico é feito através de fossas sépticas e os recursos hídricos provenientes do Rio Mamanguape e de Cacimbas.

5.ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

Aqui será discutido detalhadamente todos os aspectos metodológicos da pesquisa tais como breves informações sobre o método MCCIG e como este é aplicado, a formação dos grupos focais e suas aplicações, a metodologia da observação participante e os próprios participantes da pesquisa. Vale ressaltar que a pesquisa está respaldada sobre autorização da Fundação Nacional do Índio - Funai e também do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da UFPB (Ver anexos 1 e 2).

5.1. O Método MCCIG

A pesquisa levantou e analisou os impactos consequentes da criação e do seu processo de gestão da Área de Proteção Ambiental – APA da Barra do Rio Mamanguape, localizada no litoral norte do estado paraibano, com um enfoque principal sobre as comunidades indígenas que residem na área de sobreposição da APA com a TI Potiguara. Todo debate sobre os impactos foram baseados em dois pontos de vista, a das comunidades indígenas e a percepção dos gestores. Vale ressaltar que o foco principal não são os impactos em si listados pelos indígenas e sim o modo de gestão da área, o distanciamento e o relacionamento da gestão com a comunidade, cabendo assim uma análise mais aprofundada dos impactos e analisar se foram ou não decorrentes da implementação da APA. Porém, na pesquisa são considerados todos os impactos percebidos pela comunidade desde a criação da Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape.

Para analisar os dados explorados e obter informações, foi usado como referência o método fenomenológico hermenêutico. Fenomenologia é uma “Palavra de origem grega, composta por duas outras: “fenômeno” - que significa aquilo que se mostra e, não somente aquilo que se aparece ou parece e, “logia” (logos) – que tem muitos significados para os gregos, tal como: palavra, pensamento (BELLO, 2006). Desta forma refere-se ao “estudo dos fenômenos, daquilo que aparece a consciência, daquilo que é dado a partir de si mesmo (...) é também um amplo movimento científico e espiritual, extraordinariamente variado e ramificado, ainda hoje vivo” (LIMA, 2014, p.10).

Para Franco e Ssymanski (2010), a fenomenologia permite realizar uma compreensão a partir das visões de ser humano que a embasa. O homem é

considerado como “atribuidor de significados [e] histórico, capaz de pensar e com o outro, através do trabalho, construir história” (ESPOSITO, 1994). De acordo com Masini (1989), ao termos uma percepção de novas características do fenômeno, ou ao acharmos no outro, interpretações ou compreensões distintas, surge uma nova interpretação que levará a outra, desta forma o modelo fenomenológico apresenta consistência e legitimidade em estudos científicos que enfatizam a experiência vivida pelo homem e sua significação, principalmente quando não é possível explicar por uma simples relação de causa e efeito, reduzindo-as a normas, princípios, conceitos e definições previamente estabelecidos.

Neste trabalho, o principal caminho para compreensão efetiva da forma de implementação da APA da Barra do Rio Mamanguape, juntamente com as suas restrições, regulamentações e gestão são os relatos das comunidades, empregando a comunicação como a principal forma de auxílio para esta compreensão, utilizando-se do discurso dos indígenas participantes na pesquisa como primeira fonte de investigação. Assim, para obtenção desses relatos e consequentemente dos impactos gerados utilizou-se o Grupo Focal (GF) como instrumento de coleta de dados, que será descrita mais a frente.

A Matriz Cromática de Comparação de Impactos de Gestão (MCCIG) só é empregada após o levantamento e a valoração dos impactos pelas comunidades e a valoração desses mesmos impactos pelos gestores. A MCCIG é um instrumento que permite, através da variação de cor, visualizar o nível de importância dos impactos levantados pelas comunidades. Permite também a comparação de percepções entre os participantes envolvidos, no caso desta investigação, os índios que estão na área de sobreposição e os gestores da APA. Sinteticamente, o processo de elaboração da matriz comparativa segue duas etapas. Na primeira, efetua-se a codificação de cada impacto para todos serem lançados na planilha eletrônica configurada para tal finalidade. Na segunda etapa deve ser feito o preenchimento com os valores de cada impacto, obtidos pelos sujeitos investigados. A planilha realiza a relação comparativa entre os impactos por meio da média aritmética simples previamente configurada na matriz (NASCIMENTO, 2013). A valoração dos impactos obtidos é aplicado nos grupos focais através de uma escala de valores hierárquicos (Figura 02) que varia de -9 a +9, onde -9 significa impacto negativo extremamente forte e +9

impacto positivo extremamente forte. Na figura 03, pode-se observar o modelo de uma matriz.

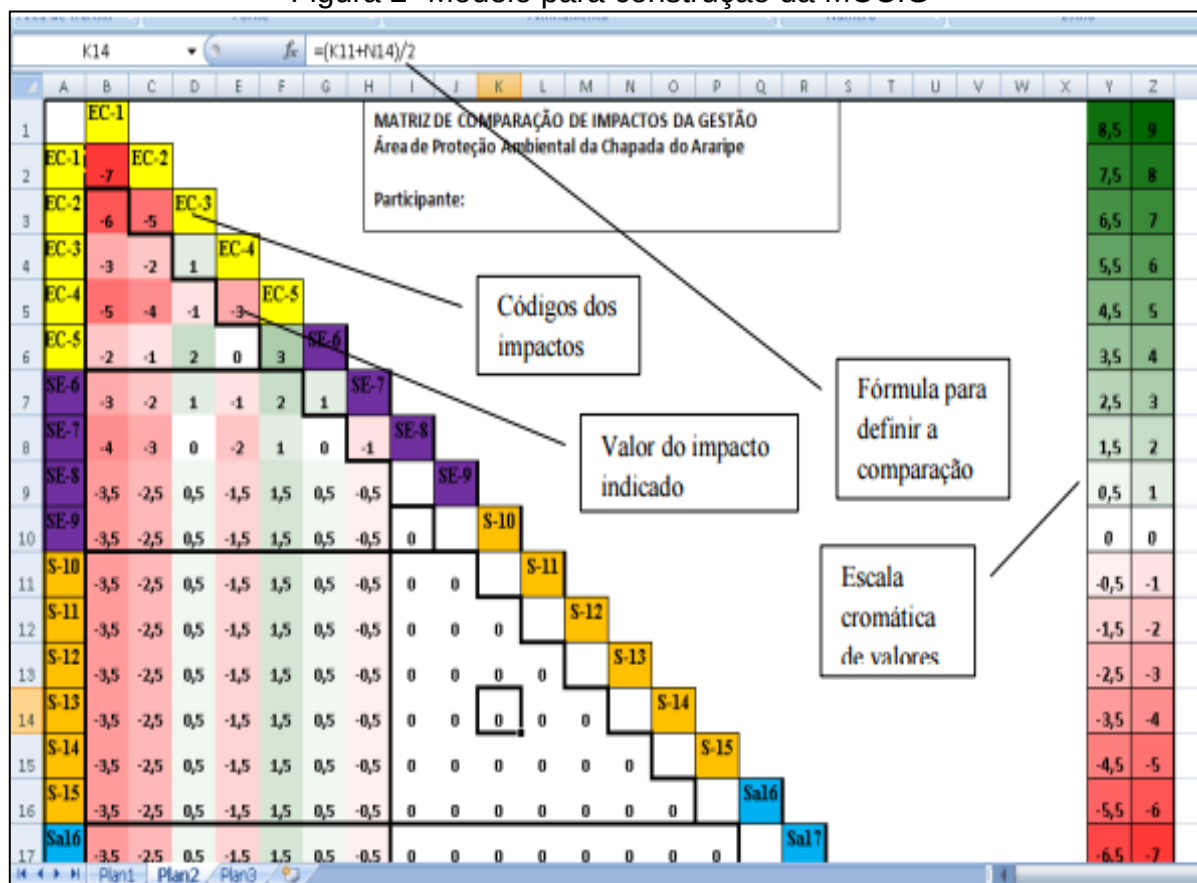
Figura 1- : Escala de Valores Hierárquicos

Valor	Intensidade do impacto
9	Impacto positivo extremamente forte
7	Impacto positivo muito forte
5	Impacto positivo forte
3	Impacto positivo moderado
1	Impacto positivo fraco
0	Não houve impacto
-1	Impacto negativo fraco
-3	Impacto negativo moderado
-5	Impacto negativo forte
-7	Impacto negativo muito forte
-9	Impacto negativo extremamente forte

Fonte: Nascimento (2013)

Vale ressaltar que as aplicações da hierarquia dos impactos são realizadas ao finalizar cada grupo focal, e que apesar dos valores serem subjetivos é exatamente essa a ideia do método fenomenológico hermenêutico, buscar avaliar a percepção entre os participantes e com isso identificar um possível distanciamento entre a gestão e a comunidade inserida na APA.

Figura 2- Modelo para construção da MCCIG



Fonte: Nascimento (2013)

5.2 Observação Participante

Durante o desenvolvimento da pesquisa, o pesquisador residiu na área de estudo por cinco meses, morando na aldeia Tramataia, local e tempo onde foi possível conhecer a dinâmica das aldeias estudadas e criar laços para ganhar confiança dos nativos e assim conseguir extrair o máximo de informações e dessa forma dar uma maior confiabilidade aos dados obtidos. Mesmo antes desse período de residência na aldeia, houveram outras formas de contato prévio com os indígenas através de algumas idas esporádicas ao campo de pesquisa e a indicação de outros

pesquisadores sobre pessoas a quem procurar para auxílio na pesquisa. Desta forma houve um contato através de outros pesquisadores conhecidos da área, fato que gerou uma maior confiança por parte da comunidade com a ida do pesquisador ao campo. Outro fator importante foi o auxílio das lideranças locais, a exemplo do cacique da aldeia Tramataia, que deu um apoio fundamental ao pesquisador, tanto para intermédio dos moradores desta aldeia quanto das demais aldeias pesquisadas.

Desta forma, como auxílio à pesquisa, utilizou-se o método de observação participante, que além de ajudar a obter um maior número de informações, ajuda também a entender os dados que estão sendo obtidos junto a dinâmica social da área estudada. A Observação Participante pode ser definida como o “processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo” (MAY, 2004).

Para Bronislaw Malinowski, pai da observação participante e autor do clássico *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, observar e participar para entender é melhor do que simplesmente perguntar, as respostas vêm com o tempo, junto com a observação e a participação (COSTA, 2010). Valladares (2007), afirma que a observação participante supõe a interação entre pesquisador e pesquisado, onde as informações que são obtidas, as respostas que são dadas com seus questionamentos, dependerão, por fim, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado.

Para Martins (1996), a observação participante é uma metodologia elaborada principalmente no contexto da pesquisa antropológica e trata-se de estabelecer uma adequada participação dos pesquisadores dentro dos grupos observados, de modo a reduzir a estranheza recíproca. De fato, nesta pesquisa, a introdução do pesquisador no meio da comunidade pesquisada gerou uma certa estranheza, porém logo ao explicitar o motivo de sua presença e o apoio fundamental da liderança local ao apresentar o pesquisador, passou a transformar, aos poucos, a estranheza em confiança e receptividade. Desta forma, houve a devida explicação do motivo da presença do pesquisador, ao mesmo tempo em que nunca houve a intenção da “transformação” do pesquisador em “nativo”, pois, “por mais que se

pense inserido, sobre ele paira sempre a "curiosidade" quando não a desconfiança" (VALLADARES, 2007).

Segundo Amorozo e Viertler (2008), a pesquisa de campo na área de Etnobiologia e Etnoecologia visa propiciar o desenvolvimento da sensibilidade do pesquisador, familiarizá-lo com peculiaridades culturais da comunidade dos seus informantes, muitas das quais ele passa a “compreender”, sentir e intuir a partir de conversas informais. De fato, foi nessa perspectiva mais informal da observação participante que foi possível compreender um pouco mais a dinâmica social da comunidade, realidade que não seria possível apenas nas realizações dos grupos focais, dessa forma, essa característica da observação participante auxiliou fortemente na realização dos grupos.

5.3 Grupos Focais

A coleta de informações sobre os impactos gerados decorrente da gestão da APA da Barra do Rio Mamanguape sobre as comunidades indígenas, foi levantado através das análises dos discursos das comunidades participantes. Para isso, optou-se como metodologia principal a realização de Grupos Focais com representantes das comunidades locais.

Este método se constitui por trabalhar com as expressões dos participantes baseado em suas vivências e experiências para que possam expor suas concepções e conceitos sobre determinado tema. Desta forma, adquire-se uma amostragem qualitativa dos dados. O GF é indicado para quando se trabalha com pessoas de baixo grau de escolaridade e este foi um dos motivos da escolha do GF como método da pesquisa, pois observa-se um baixo grau de escolaridade nas aldeias, sobretudo nos índios com mais experiência e idade nos quais são de suma importância para a pesquisa.

Para Martins (1992), apenas uma palavra, uma expressão, uma definição, um conceito, um vocábulo não pode expressar tudo que tem para ser falado em relação ao que se quer pesquisar. Assim, o GF surge como uma forma de analisar não só os fatos relatados, mas seus desdobramentos que podem surgir de algo subjetivo como a forma de falar, o incentivo a falar pelos demais participantes e pelo mediador,

dentre outros, além da observação participante como metodologia auxiliar aos grupos focais.

Os grupos focais consistem em “reuniões” realizadas com os sujeitos da pesquisa, nas quais inicialmente deve ser explicitado de forma simples e didática quem é o pesquisador, a finalidade da pesquisa, sua importância e os possíveis impactos da pesquisa sobre a comunidade. Desta forma, em todos os grupos foram lidos em voz alta o Termo de Consentimento livre e esclarecido da pesquisa e posteriormente assinados pelos participantes. O GF é uma ferramenta prática, fácil, rápida, profunda e eficiente de se colocar em contato com a população que se deseja investigar qualitativamente (CRUZ NETO et al., 2002).

Bakes et al. (2011) sugerem que o grupo deva ser formado por um número de seis a quinze participantes, sendo que quando se optar por obter o maior número possível de ideias, o número de participantes também deve aumentar e que as reuniões durem entre uma hora e meia e duas horas.

Para Nascimento (2013), os grupos focais têm como principal característica o fato do método trabalhar com a reflexão expressa através da fala dos participantes, das suas vivências pessoais, permitindo que elas apresentem concomitantemente, seus conceitos, impressões e concepções sobre determinado tema. Devido a esse fato as informações produzidas nos grupos focais têm um caráter essencialmente qualitativo e, nesta perspectiva, pressupõe que o método tem como maior riqueza o fato de basear-se na tendência humana de formar opiniões e atitudes na interação com outros sujeitos. Esta técnica contrasta, nesse sentido, com dados colhidos em questionários ou entrevistas, em que o participante é convocado a emitir opiniões a respeito de assuntos sobre os quais talvez nunca tenha refletido anteriormente (BACKES et al., 2011).

Sinteticamente, os grupos focais, funcionaram nesta investigação com a finalidade de, na primeira metade do grupo, levantar os impactos perceptíveis à comunidade indígena através das pessoas que participaram do GF e, na segunda metade, verificar a hierarquização ou valoração dos impactos levantados para poder informar através da MCCIG suas percepções. Desta forma, ao somar a característica qualitativa do Grupo Focal com a característica quantitativa da MCCIG, a pesquisa adquire um caráter qualiquantitativo e ainda mais interdisciplinar.

Devido ao fato do método tratar de uma coleta de dados qualitativos, a quantidade de GF's a serem realizados não foi determinado por métodos estatísticos e sim pelo esgotamento dos assuntos. Portanto, a quantidade de aplicações da técnica do GF depende da capacidade de continuar extraindo novos elementos das discussões (NASCIMENTO, 2013).

Os Grupos Focais foram realizados em quatro aldeias, sendo elas Tramataia, Camurupim, Brejinho e Coqueirinho, onde se observou a repetição de relatos e impactos, considerando assim que os temas estavam se esgotando. Os GF's foram realizados no segundo semestre de 2017.

5.3.1 Os Participantes da Pesquisa

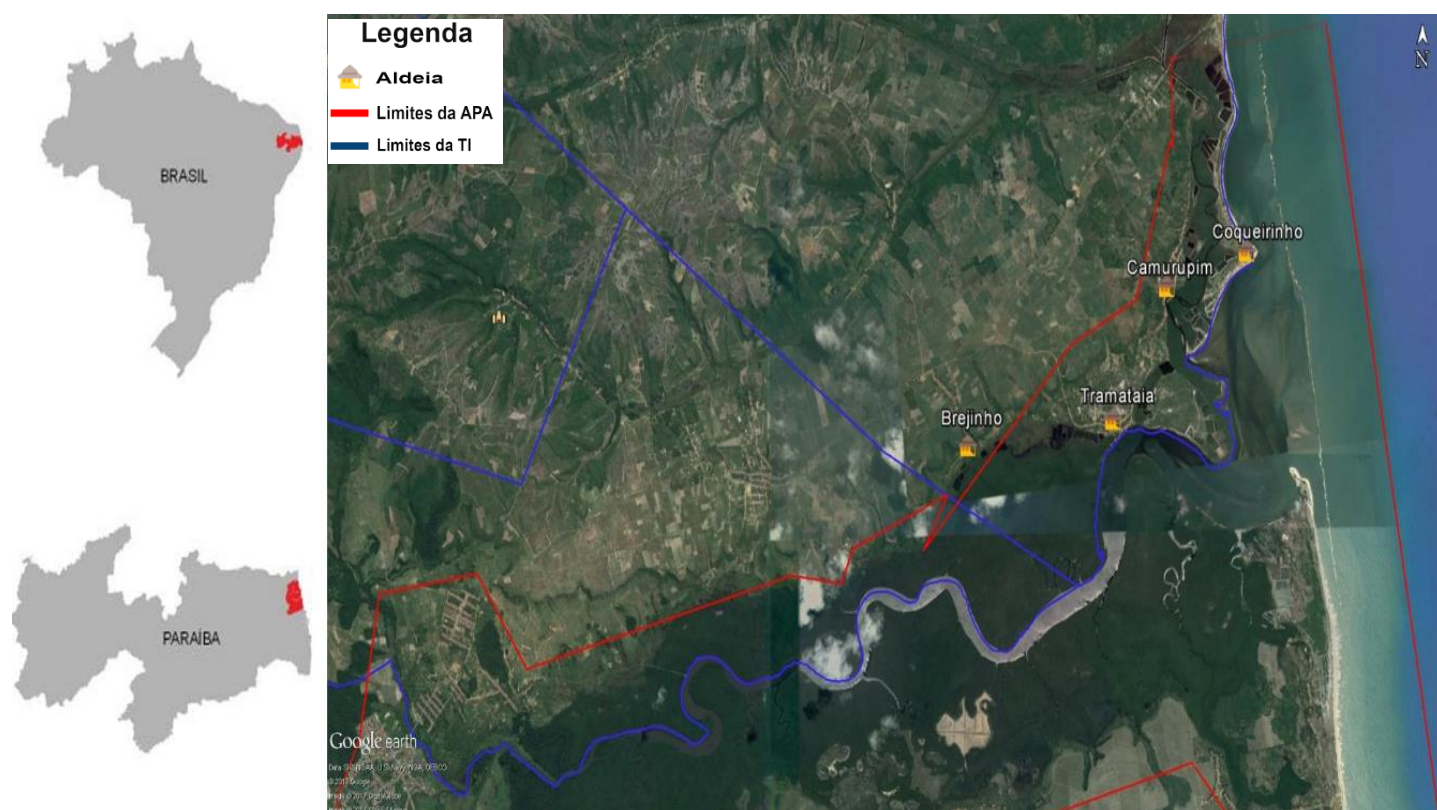
Basicamente, os participantes da pesquisa foram formados pelos dois grupos nos quais se tem como objetivo confrontar suas percepções acerca dos impactos da gestão da APA da Barra do Rio Mamanguape e sua gestão, sendo assim foi formado pelas comunidades indígenas inseridas na área de sobreposição da APA com a TI Potiguara e os Gestores da APA da Barra do Rio Mamanguape, estes últimos não participaram dos grupos focais, apenas valoraram os impactos indicados pelos índios.

Como a quantidade de grupos focais não pôde ser predeterminado, pois depende da capacidade de continuar extraindo informações sem repeti-las, o que foi realizado foi uma delimitação prévia das aldeias que iriam participar da pesquisa. Assim, ficou definido as aldeias Coqueirinho, Camurupim, Tramataia e Brejinho (Mapa 02), sendo que outras aldeias poderiam ser inseridas caso fosse necessário. Porém, ao final dos grupos, pôde-se perceber a repetição de boa parte das informações.

Estas aldeias foram escolhidas seguindo uma lógica. A ideia foi pegar a maior variedade possível de pessoas que trabalhem com diferentes recursos para compor os grupos focais, assim, essas quatro aldeias foram escolhidas de acordo com sua localização, acreditando-se que quanto mais adentra-se no continente, diferentes tipos de recursos são explorados, desta forma foi possível abordar pescadores, catadores de caranguejo, catadores de marisco, criadores de camarão, agricultores, dentre outros.

Observa-se no Mapa 02 que a aldeia Brejinho não está totalmente inserida na área de sobreposição, no qual é a área situada entre os limites da APA da Barra do Rio Mamanguape (linha vermelha no mapa) e os limites da TI Potiguara (linha azul no mapa), porém além de boa parte de sua área estar inserida na área de sobreposição, é de lá que a maioria das famílias que residem nessa aldeia exploram seus recursos para subsistência.

Mapa 2- Localização das aldeias em que foram realizados os grupos focais



Fonte: Proprio autor adaptado de FUNAI (2017), ICMBio (2017)

Para Backes et al. (2011), na composição dos GF's deve-se levar em consideração que os participantes tenham algumas características em comum, e dessa forma utilizar critérios determinados pelos objetivos da pesquisa, assim, forma-se uma amostra intencional. Nesta perspectiva, foram estabelecidos alguns critérios para participação dos grupos focais, são eles: a) ter mais de 25 anos; b) ser de ambos os sexos; c) ser indígena potiguara; d) residir na área de sobreposição desde antes de 1993 (ano de criação da APA da Barra do Rio Mamanguape) e) Ter como fonte de renda ou subsistência alguma prática extrativista ou não da Área de Proteção Ambiental.

Desta forma, os grupos formados foram compostos por uma grande diversidade de gênero, de idade e de profissão, fato este que possibilitou uma maior abrangência de impactos percebidos na área. A escolha dos participantes dos grupos ocorreu de forma bem natural, onde lideranças indicavam pessoas chaves de acordo com a descrição do pesquisador e essas pessoas chaves indicavam outras de seu conhecimento que se enquadrassem nos critérios estabelecidos. Os grupos focais mantiveram uma presença média de oito pessoas considerando todas as aldeias.

O primeiro grupo focal foi realizado na aldeia Tramataia, a maior aldeia dentre as quatro pesquisadas. Foi a reunião mais duradoura com mais de uma hora e cinquenta minutos, houve a participação de nove pessoas. Nesse grupo, houve uma paridade de gênero e uma diversificação das atividades praticadas por elas, estiveram presentes pescadores, marisqueiras, caranguejeiros e uma liderança que trabalha na escola local e que também costuma pescar no rio. A maior parte dos integrantes desse grupo focal era analfabetos, o que reflete o baixo grau de escolaridade da aldeia.

O segundo grupo focal foi realizado na aldeia Coqueirinho, houve uma média de idade mais elevada devido ao fato de ser uma aldeia que tem uma grande quantidade de idosos e poucas pessoas residindo na região. A maioria dos participantes do GF tinha como renda atividades derivadas do turismo e em menor escala da pesca, do marisco e da carcinicultura.

O terceiro GF a ser realizado foi na Aldeia Camurupim, composto por homens e mulheres que variavam entre catadores de caranguejo, marisqueiras, criadores de camarão e em menor escala do turismo. Devido a proximidade com a Aldeia Tramataia, basicamente, os indígenas trabalhavam com os mesmos recursos. Pôde-se constatar que algumas informações nesse GF já passavam a se repetir. No último grupo focal, realizado na aldeia Brejinho, houve a participação apenas de homens, devido ao fato das mulheres convidadas não terem aparecido na reunião. Além de pescadores, catadores de caranguejo, marisqueiros, esse grupo também foi composto por indígenas que trabalham na agricultura.

5.3.2 Procedimentos Aplicados nos Grupos Focais

Para aplicação dos grupos focais, alguns procedimentos devem ser adotados para condução das discussões. Foi fundamental estabelecer um número mínimo de duas pessoas para compor a equipe de condução dos GF's. Além do pesquisador que ficou responsável por ser o mediador da conversa e discussão dentro dos grupos, o outro componente da equipe (também de fora da comunidade) ficou responsável, principalmente, por observar e repassar ao mediador relatos adicionais aos observados pelo pesquisador, e operar nas gravações dos grupos focais.

Em geral, o mediador atua no grupo de maneira a redirecionar a discussão, caso haja dispersão ou desvio do tema pesquisado, sem, no entanto, interromper bruscamente a interação entre os participantes (DIAS, 2000). Caterall e Maclaran (1997), consideram que a interação do grupo é algo produtivo e que amplia o espectro de respostas, ativando detalhes de experiências esquecidas, e desta forma desinibindo os participantes. Nesse contexto, o primeiro passo a ser tomado na aplicação do GF foi a apresentação da equipe de pesquisa e dos demais participantes com a finalidade de haver uma integração e um caráter mais informal para deixar o ambiente mais agradável. Seguidamente, apresentou-se aos participantes o termo de consentimento livre e esclarecido, explicando o que significava, lendo-o e assim explanando a importância da pesquisa, seus objetivos, os pontos positivos e negativos daquela reunião, bem como explicitando que o GF seria gravado, mas que em nenhum momento a gravação seria divulgado e que apenas auxiliaria apenas na análise dos dados. Posterior a esta explicação do termo de consentimento, os participantes assinava o documento, em duas vias, aceitando sua participação e deixando um documento com o pesquisador e outra via com o participante.

Previamente a realização dos grupos, elaborou-se um roteiro metodológico que iria direcionar e auxiliar o pesquisador na mediação dos grupos focais. A elaboração do roteiro foi baseada nas questões que devem ser abordadas no GF de acordo com os objetivos da pesquisa para que nenhuma temática deixasse de ser discutida. O roteiro foi elaborado no modelo de perguntas direcionadas aos participantes para que em cada momento determinado assunto fosse discutido e assim controlando o tempo e os assuntos a serem abordados. O roteiro foi

elaborado de forma a “afunilar” os temas, tomando assuntos mais amplos até assuntos mais restritos abordados de acordo com a finalidade da pesquisa. Desta forma, elaborou-se o seguinte roteiro adaptado com base no que Nascimento (2013) preparou:

- A. Apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE
- B. Os indígenas sabem o significado de uma UC?
 - O conceito de APA?
 - Conhecem as restrições do uso da área que estão submetidos?
- C. Os moradores das aldeias tiveram alguma participação ou conhecem alguém que participou do processo de criação da APA?
 - Se houve consulta aos moradores sobre a necessidade de criação da APA
 - Se houve convite para participação em reuniões ou audiências públicas
 - Se foram oficialmente informados da criação da APA
- D. Como ocorre a relação entre comunidades e os órgãos executores da gestão da APA?
 - Contato com os gestores
 - Participação na gestão
 - Parcerias
 - Orientações
- E. O que mudou a partir da criação da APA?
 - Problemas que afetaram as populações
 - Os benefícios e as facilidades
 - Alternativas ou soluções

Através do método da observação participante, foi possível constatar o baixo grau de escolaridade nas aldeias. E com isso, surge um possível empecilho para a condução dos grupos. Como a escala hierárquica para valoração dos impactos se utilizam de números inteiro positivos e negativos e muitos dos participantes dos grupos são analfabetos ou com baixa escolaridade, este fato iria reduzir a confiabilidade dos dados obtidos. Assim, elaborou-se uma escala gráfica, numérica e cromática para auxiliar os participantes na valoração (FIGURA 04). A escala parte do número mais baixo com um círculo menor e uma cor mais clara (verde para impacto positivo e vermelho para impacto negativo) e vai até o maior valor de

impacto com um círculo maior e uma cor mais forte, formando assim um gradiente de fácil entendimento e visualização.

Figura 3 - Escala para auxílio dos participantes dos GF's



Fonte: Próprio autor

Ao final de todas as quatro aplicações dos Grupos Focais obteve-se como resultado um leque de trinta e sete impactos positivos e negativos devidamente valorados pelas comunidades indígenas de cada aldeia.

É importante aqui destacar os fatores limitantes e favoráveis dessa metodologia, ou seja, os fatores positivos e negativos. É sabido que a escolha de uma metodologia para determinada pesquisa depende muito das condições e

características da pesquisa e da área de estudo, sendo que muitas metodologias não serão indicadas para dada pesquisa. Desta forma, faz-se necessário uma análise da realidade da área de estudo para saber se a metodologia é aplicável, fator este que foi realizado no presente estudo, apontando características que se adequava a essa metodologia proposta.

No que se refere aos fatores favoráveis da metodologia, Nascimento (2013) destaca a capacidade de condensar um grande número de informações, ou seja, independentemente da quantidade de dados absorvidos no processo de investigação, o modelo demonstrou ser capaz de abreviá-los sem perder informação nem a qualidade de sua essência, além de que o modelo permite também envolver diferentes e variados atores na pesquisa. Acreditamos que a proposição metodológica permite, com muita facilidade, através da ilustração cromática, a visualização comparativa entre os diversos fatores participantes, (impactos) positivos e negativos da gestão. Como consequência direta, facilita igualmente a extração de resultados fáceis de interpretar, para, se for o caso, serem utilizados na redefinição da gestão (NASCIMENTO, 2013).

No que se refere aos fatores limitantes, Nascimento (2013) destaca dois pontos que podem levar a inconsistência da pesquisa. Sendo que o primeiro fator é que, quanto maior o número de elementos e/ou fatores envolvidos no experimento social, maior a possibilidade de se incorrer em erros. Em relação ao segundo fator, o problema é que o método não distingue quantitativamente variações distintas, ou seja, a medida do resultado final não pode ser feita por meio de um percentual.

Por fim, ressalto que os dados e aplicações da pesquisa podem e devem ser analisados com outras pesquisas e avaliações já realizadas na APA, como por exemplo o método RAPPAN e analisa-los junto ao método de avaliação de gestão aplicados pelo ICMBio e o WWF já citados nessa pesquisa.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1. Avaliação dos impactos de Gestão Pelos Indígenas

Como afirmado anteriormente, de forma resumida, realizou-se quatro grupos focais em quatro aldeias diferentes com o intuito de elencar e valorar os impactos decorrentes da gestão na perspectiva dos indígenas. Assim, como resultado obteve-se uma quantidade de trinta e sete impactos positivos e negativos (ver Tabela 01) considerados pelos indígenas como alterações que foram influenciadas pela criação da APA, sendo que foram quinze impactos positivos (40,5% dos impactos levantados), dezesseis impactos negativos (43,2% dos impactos) e seis impactos que foram valorados nas escalas de valores hierárquicos com zero (16,3% dos impactos) no qual indica que o impacto permaneceu o mesmo desde a criação da APA, e que, geralmente essa avaliação tem uma perspectiva negativa para a gestão, pois muitas vezes são necessidades básicas para uma vida digna das comunidades inseridas na UC. Os impactos foram avaliados por todos os participantes dos grupos focais indicando se eram impactos positivos ou negativos e posteriormente o seu respectivo valor.

Além disso, os impactos foram divididos em categorias e codificados para entendimento e identificação na leitura da MCCIG, sendo os impactos: EC – Econômicos, SE – Socioeconômicos, S – Sociais, SA – Socioambientais e A – Ambientais. Assim a matriz busca informar os impactos de acordo com os pilares da sustentabilidade que se baseiam nos aspectos sociais, ambientais e econômicos.

Tabela 1- Impactos Indicados Pelos Indígenas Na APA da Barra do Rio Mamanguape

Impactos Indicados Pelos Indígenas Na APA Da Barra Do Rio Mamanguape		
Tipos de impactos	Código	Impactos indicados nos grupos focais
Econômicos	EC - 1	Introdução dos criatórios de camarão
Econômicos	EC - 2	Redução da Atividade Agrícola Tradicional
Econômicos	EC - 3	Redução da pesca do camarão nativo
Econômicos	EC - 4	Crescimento do Turismo
Econômicos	EC - 5	Aumento das Alternativas de Renda
Socioeconômicos	SE - 6	Melhoria na Renda dos Indígenas (programas governamentais)
Socioeconômicos	SE - 7	Fornecimento de educação básica
Socioeconômicos	SE - 8	Introdução de novas tecnologias nos processos

		extrativistas (Socioeconômico)
Socioeconômicos	SE - 9	Conflitos por terras (atração de moradores não nativos, casas de veraneio, etc.)
Sociais	S -10	Êxodo Rural (situação atual)
Sociais	S -11	Aumento da Pressão Populacional
Sociais	S -12	Alteração dos hábitos culturais
Sociais	S -13	Redução do Êxodo Rural
Sociais	S -14	Organização política das comunidades (associações, cooperativas, sindicatos, etc)
Sociais	S -15	Valorização dos hábitos culturais
Sociais	S -16	Aumento e/ou melhoria de estradas que dão acesso as aldeias
Socioambientais	SA - 17	Diálogo da gestão com a comunidade
Socioambientais	SA - 18	Introdução de novas tecnologias nos processos extrativistas (Socioambiental/Impactos)
Socioambientais	SA - 19	Introdução de criatórios de camarão (SocioAmbiental/Impactos)
Socioambientais	SA - 20	Melhoria na eletrificação das comunidades
Socioambientais	SA - 21	Iniciativas de Educação Ambiental
Socioambientais	SA - 22	Melhoria na qualidade de vida dos indígenas
Socioambientais	SA - 23	Participação efetiva da comunidade na gestão
Socioambientais	SA - 24	Melhoria no saneamento básico
Socioambientais	SA - 25	Coleta de Resíduos Sólidos
Socioambientais	SA - 26	Tratamento da água para abastecimento
Socioambientais	SA - 27	Melhoria no Abastecimento de água
Ambientais	A - 28	Preservação do Peixe-Boi
Ambientais	A - 29	Redução do Desmatamento
Ambientais	A - 30	Redução do lançamento de vinhoto
Ambientais	A - 31	Lançamento de vinhoto
Ambientais	A - 32	Assoreamento do rio
Ambientais	A - 33	Construções de represas à montante do rio
Ambientais	A - 34	Lixiviação de resíduos dos plantios de cana e agrotóxicos
Ambientais	A - 35	Redução na quantidade e qualidade de recursos advindos do rio (peixes, caranguejos, mariscos, etc...)
Ambientais	A - 36	Aumento na quantidade de resíduos sólidos no rio
Ambientais	A - 37	Redução da cobertura vegetal nativa ao longo dos anos

Fonte: Org. pelo autor com base nos quatro grupos focais realizados (Aldeias: Tramataia, Coqueirinho, Brejinho e Camurupim)

Vale ressaltar que os impactos em si não são o objetivo principal da pesquisa, e não se tem por finalidade aprofundar nas discussões sobre os impactos, de onde eles são oriundos, suas análises técnicas etc., e sim analisar o nível de distanciamento da gestão com a comunidade a partir de suas percepções a cerca desses impactos relatados. Ainda assim, houve uma grande quantidade e riqueza de

impactos relatados pelos indígenas e esses dados são relevantes e devem servir como base de dados para outros trabalhos e até mesmo para a gestão da APA.

Ainda que os impactos não sejam objeto principal da pesquisa, vale comentar brevemente sobre eles e complementar com algumas informações a respeito de como o impacto foi identificado. De início, observa-se que alguns impactos repetiram-se na Tabela 01, sendo eles: A introdução de criatórios de camarão e A introdução de novas tecnologias nos processos extrativistas. Essa repetição se deu através de reivindicações dos próprios participantes dos grupos focais através de suas percepções, onde era possível o impacto ser classificado (na visão deles) como positivo e negativo ao mesmo tempo, porém em diferentes visões.

O impacto que trata da introdução dos viveiros de camarão é visto logo na categoria de impactos econômicos através do código EC-1 e também na categoria dos impactos socioambientais através do código SA-19. Essa repetição em características distintas se deu devido ao relato dos participantes dos grupos que afirmavam que o referido impacto era positivo economicamente por propiciar renda extra para alguns índios e negativo do ponto de vista socioambiental, pois causavam prejuízos ambientais ao estuário do Rio Mamanguape, ao mesmo tempo que o benefício daqueles viveiros eram usufruídos apenas por poucos índios que administram os viveiros e, que em alguns casos, os “donos” dos viveiros nem nativos eram.

Já no que se refere aos impactos referentes à “Introdução de novas tecnologias nos processos extrativistas” repetiu-se na categoria socioeconômica e na socioambiental através dos códigos SE-8 e SA-18 respectivamente. Este impacto surgiu através dos relatos nos grupos focais de novos instrumentos utilizados para exploração de recursos, principalmente a redinha¹² (utilizada na coleta de caranguejo – Figura 05) e o Jereré¹³ (utilizado na coleta do marisco – Figura 06), que vem gradualmente substituindo os métodos tradicionais de

¹² Sua construção é feita com fios de sacos plásticos, amarrados nas duas extremidades a ramos ou caules de mangue retirados das árvores, formando uma rede, colocada imediatamente abaixo da abertura da toca. Quando o caranguejo se movimentar em direção à abertura da toca, ele ficará preso na redinha, sendo capturado pelo catador (NORDI, 1992).

¹³ O Jereré possui forma triangular com um gadanho (pregos na extremidade de arraste) e uma rede para segurar o marisco e o que vem junto. A forma de arraste do Jereré é preso na cintura por uma espécie de cinto e com uma vara grande vai-se puchando até encher a rede, depois bate para retirar o sedimento e todo o material que não for de comercialização (GOMES et al, 2017)

tapamento/braceamento no caso do caranguejo e a extração do marisco com as mãos. Desta forma avaliou-se nos grupos focais que a utilização desses novos instrumentos era positivo no aspecto socioeconômico, pois melhora na quantidade de produtos explorados e conseqüentemente há uma melhoria na renda, bem como há uma melhoria substancial nas condições de trabalho desses pescadores, visto que é bem comum os indígenas que trabalham com esse tipo de pesca tradicional desenvolver doenças como hérnia de disco e atrofiamento muscular nas mãos, dentre outras doenças derivadas do esforço físico e repetitivo que estas atividades causam. Segundo Nascimento et al (2011), em seu estudo realizado nas aldeias Tramataia e Três Rios, os caranguejeiros entrevistados afirmaram que os acidentes de trabalho e doenças adquiridas (a partir da prática da atividade de captura) são mais frequentes entre os que usam técnicas tradicionais. Já no aspecto socioambiental foi avaliado que pode haver um prejuízo à biodiversidade local, reduzindo a quantidade de recursos e conseqüentemente causando uma diminuição de renda da própria comunidade. Porém, há uma percepção que esses efeitos deletérios são causados mais pela má implementação desses instrumentos e pela falta de cuidados essenciais ao aplica-los. Por exemplo, no caso da redinha foi relatado nos grupos que o principal problema é a não retirada da redinha após a pesca que além da poluição causar mortalidade de caranguejos e outros animais que por ventura venham a ficar presos nas redes. Unindo a este fato, alguns catadores mais experientes relataram que esse tipo de cuidado é o mesmo que se deve ter na técnica do tapamento, pois se o caranguejeiro tapar o buraco no qual o caranguejo vive e não passar destapando ao fim da pesca, isso também causaria a mortalidade do caranguejo. Essas perspectivas se estendem, na visão deles, para outras tecnologias como no caso do jereré.

Figura 4 - Redinha amarrada na abertura da toca de caranguejo-uçá e animal aprisionado a uma redinha.



Fonte: José Mourão (2007)

Figura 5- Jereré utilizado pelas marisqueiras e marisqueiros das aldeias potiguaras no estuário do Rio Mamanguape - PB



Fonte: Arquivo próprio

Como o foco principal não é se ater aos impactos em si, seguiremos com algumas considerações importantes e que devem ser levados em conta na pesquisa a respeito dos impactos. Nos que se refere ao desmatamento, foi relatado que já houve grandes devastações nos quais diariamente saiam caminhões carregados de madeira para diversos destinos e que esse desmatamento foi controlado tanto devido a pouca quantidade de madeira disponível quanto às proibições e regulamentação para o corte, se restringindo apenas a cortes para pequenos reparos nas casas dos próprios moradores das aldeias.

Outra questão frequentemente citada é o lançamento de efluentes derivados das usinas de cana-de-açúcar. Apesar de uma redução considerável na frequência de lançamento do vinhoto dentro do rio, os índios relataram que ainda é comum

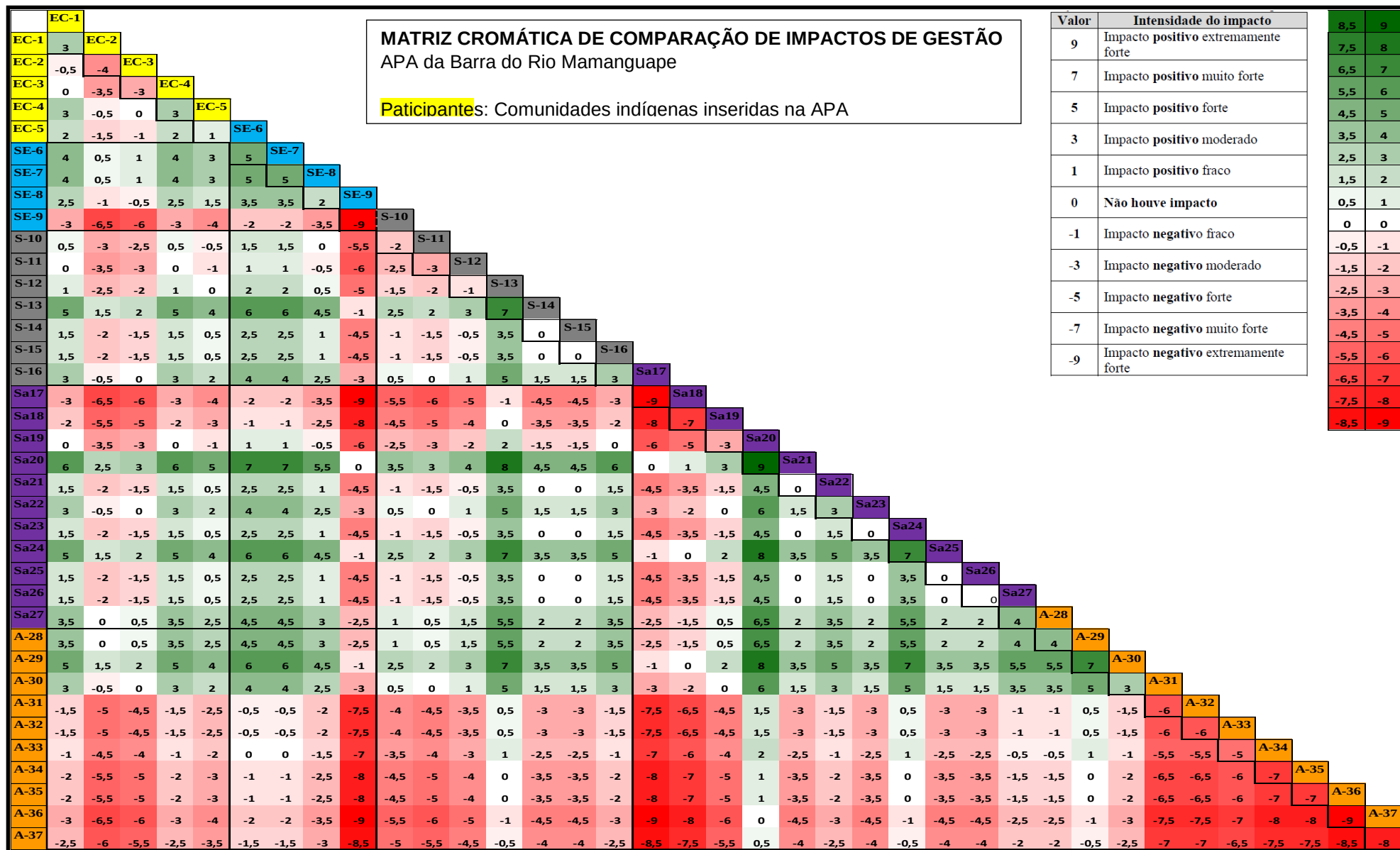
perceberem esse tipo de poluição, principalmente através do forte odor, e que essa prática afeta nas pescarias dos nativos ocasionando mortes de espécimes no complexo estuário-manguezal.

O outro aspecto que tem sua peculiaridade foi o conflito por terras. Esse impacto, segundo os participantes dos grupos focais, é uma característica forte na aldeia Coqueirinho, por este ser um local turístico e que muitas pessoas têm interesse em casas de veraneio e foi um dos impactos avaliados como negativo e extremamente forte (-9) na escala de valores hierárquicos, juntamente com a falta de diálogo da gestão com a comunidade e o aumento da quantidade de resíduos lançados nos rios da região. Segundo relatos de moradores, maior parte das pessoas que tem residência e terrenos nessa aldeia não mora no local, apenas uma pequena parcela estão residindo na aldeia, o que gera conflitos principalmente quando aqueles que de fato residem na aldeia querem um espaço para construir suas moradias.

A partir dos impactos apresentados na Tabela 01 e suas respectivas valorações, foi possível construir a MCCIG na visão das comunidades indígenas. O resultado está expresso na Matriz 01. Logo de início observa-se que houve um grau equilíbrio entre os impactos negativos e positivos, sendo que houve uma leve predominância dos impactos negativos. Nos aspectos econômicos e socioeconômicos houve uma leve predominância de impactos positivos. Já nos aspectos socioambientais houve um equilíbrio entre os impactos positivos e impactos negativos, que na perspectiva da comunidade a sua intensidade nunca foi alterada desde a criação da APA, nos quais os moradores atribuíram valores de zero (0) na escala de valores hierárquicos, sendo eles: SA-21 (Iniciativas de Educação Ambiental), SA-23 (Participação Efetiva da Comunidade na Gestão), SA-25 (Coleta de Resíduos Sólidos), e SA-26 (Tratamento da Água Para Abastecimento). Para os indígenas nunca houve ou eles nunca tiveram conhecimento de iniciativas de educação ambiental ampla para as comunidades desde a implantação da APA e também não consideram que existe ou já existiu uma participação efetiva da comunidade na gestão da UC, por isso o valor do impacto foi zero. Vale ressaltar que apesar do povo potiguara ter um assento no conselho gestor da APA, os indígenas não sabem quem é seu representante e alegam que nunca foram consultados para que suas demandas fossem ouvidas. Na mesma perspectiva, em muitas aldeias e inclusive na que foi mencionado o impacto SA-25, Aldeia Brejinho, não há e nunca houve coleta de resíduos sólidos e por isso

o impacto foi zero. Vale ressaltar também, que por parte do observador participante desta pesquisa que residiu na Aldeia Tramataia, existia coleta de resíduos sólidos uma vez por semana, porém muito insuficiente e costumava, frequentemente, não passar em algumas semanas. No que se refere ao tratamento de água para abastecimento, é fato que não há algum tipo de tratamento da água nas aldeias através de serviço público.

Matriz 1- Matriz cromática comparativa com os resultados da avaliação das comunidades indígenas da APA da Barra do Rio Mamanguape - 2017



Fonte: Elaborado pelo autor, (2017)

Como impacto positivo extremamente forte (9) nos impactos de característica socioambiental aparece o impacto SA-20 (Melhoria na Eletrificação das Aldeias), que para eles se traduz em fornecimento de energia elétrica. Surge também como impacto positivo muito forte (7) a melhoria no saneamento básico que para eles se traduz na implantação de fossas sépticas nas suas residências. Para complementar, como impacto negativo extremamente forte (-9) aparece o impacto SA-17 (Diálogo da Gestão Com a Comunidade) e os outros impactos negativos que aparecem são o AS-18 (Introdução de Novas Tecnologias nos Processos Extrativistas) e o AS-19 (Introdução dos Viveiros de Camarão) como impacto negativo muito forte (-7) e impacto negativo moderado (-3). No caso do diálogo da gestão com a comunidade, os índios alegaram nos grupos focais que os gestores só aparecem para aplicar medidas proibicionistas e/ou multas e apreensões. Não há diálogo no sentido de orientar a comunidade como proceder para amenizar os impactos gerados por ela, ou orientações no sentido da educação ambiental. E esta realidade é percebida nas suas falas, pois há uma desinformação sobre os órgãos governamentais que atuam na área. São poucos o que sabem o que é o IBAMA e qual sua função, para alguns o IBAMA é a própria APA e quando foi falado em ICMBio, quase todos desconheciam e diziam nunca ter ouvido falar.

Na percepção dos índios podemos verificar claramente que o fator mais preocupante é a questão ambiental, marcado pela forte predominância de impactos negativos e com intensidades de impactos bem fortes. No que se refere aos impactos positivos, foram três apresentados, sendo eles: A-28 (Preservação do Peixe-Boi), A – 29 (Redução do Desmatamento) e A-30 (Redução do Lançamento de Vinhoto), sendo que foram valorados com +4 (valor intermediário entre impacto positivo moderado e forte), +7 (Impacto positivo muito forte) e +3 (impacto moderado), respectivamente. No que se refere ao lançamento do vinhoto, houve uma demanda de duas percepções, pois eles reconhecem que de fato houve uma redução do seu lançamento por parte das indústrias, mas que ainda continuam lançando e devido seu forte impacto foi solicitado nos grupos focais que valorassem nas duas perspectivas. Desta forma temos o impacto A-31 (lançamento do vinhoto no rio) como um impacto entre o negativo forte e o muito forte com o valor (-6). Dentre os outros impactos negativos foram elencados os seguintes com os respectivos valores de impacto: A-32 assoreamento do rio Mamanguape (-6), A-33

construção de represas à montante do rio Mamanguape (-5), A-34 lixiviação de resíduos do plantio de cana-de-açúcar e agrotóxicos (-7), A-35 redução na quantidade e qualidade de recursos advindos do rio (peixes, caranguejos, mariscos, etc...) (-7), A-36 aumento na quantidade de resíduos sólidos no rio (-9) e A-37 redução da cobertura vegetal nativa ao longo dos anos (-8). Observa-se que todos os impactos da categoria ambiental citados são impactos consideráveis e preocupantes. Apesar da área estudada ser uma área rica em biodiversidade, os relatos das comunidades indígenas demonstram um preocupante avanço da degradação ambiental da região.

No próximo tópico teceremos uma discussão acerca da percepção dos gestores da APA da Barra do Rio Mamanguape sobre os mesmos impactos perceptíveis aos índios, demonstrando a MCCIG dos gestores e suas diferenças e/ou semelhanças com a MCCIG da comunidade indígena.

6.2 Avaliação dos impactos de Gestão Pelos Gestores da APA da Barra do Rio Mamanguape (ICMBio)

Na mesma perspectiva, após levantamento e valoração dos impactos pelas comunidades indígenas ocorreu a valoração dos impactos pelos gestores da APA da Barra do Rio Mamanguape. No dia 15/10/2017 às 15h ocorreu na sede da Coordenação Regional do ICMBio, localizado na Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, popularmente conhecida como Mata do Amém, uma reunião para valoração dos impactos elencados pelas comunidades indígenas, a reunião teve duração de uma hora onde foi possível ouvir as perspectivas dos gestores e explicar a ideia central do trabalho.

Diante disso, foi apresentado aos gestores os impactos nos quais as comunidades indicaram como perceptíveis desde a criação da APA até os dias atuais. Foi alertado antes do início da valoração que os impactos não são necessariamente decorrentes da gestão ou da implementação da área, e que o foco principal do trabalho é analisar as percepções e consequentemente o afastamento ou proximidade da gestão com a comunidade inserida na APA, uma vez que o distanciamento das ideias e do conhecimento da realidade local por parte da gestão pode-se considerar uma ausência da mesma. Afirmou-se ainda que os impactos elencados podem ser utilizados pela gestão para implantação de estudos e políticas

pública mais direcionadas de acordo com os anseios e conhecimentos tradicionais daquele povo, para um auxílio maior e melhor de uma gestão participativa. Com isso, obteve-se junto com a gestão a Tabela 02 com os seguintes impactos e valores de acordo com a escala de valores hierárquicos.

Tabela 2- Impactos Indicados Pelos Indígenas Na APA da Barra do Rio Mamanguape e a Valoração de Acordo com a Percepção dos Gestores.

Impactos Indicados Pelos Indígenas Na APA Da Barra Do Rio Mamanguape			
Tipos de impactos	Código	Impactos indicados nos grupos focais	Valoração
Econômicos	EC - 1	Introdução dos criatórios de camarão	-9
Econômicos	EC - 2	Redução da Atividade Agrícola Tradicional	-9
Econômicos	EC - 3	Redução da pesca do camarão nativo	-5
Econômicos	EC - 4	Crescimento do Turismo	+5
Econômicos	EC - 5	Aumento das Alternativas de Renda	+9
Socioeconômicos	SE - 6	Melhoria na Renda dos Indígenas (programas governamentais)	+9
Socioeconômicos	SE - 7	Fornecimento de educação básica	+9
Socioeconômicos	SE - 8	Introdução de novas tecnologias nos processos extrativistas (Socioeconômico)	+5
Socioeconômicos	SE - 9	Conflitos por terras (atração de moradores não nativos, casas de veraneio, etc.)	-7
Sociais	S -10	Êxodo Rural (situação atual)	-3
Sociais	S -11	Aumento da Pressão Populacional	-1
Sociais	S -12	Alteração dos hábitos culturais	0
Sociais	S -13	Redução do Êxodo Rural	+3
Sociais	S -14	Organização política das comunidades (associações, cooperativas, sindicatos, etc)	+3
Sociais	S -15	Valorização dos hábitos culturais	+7
Sociais	S -16	Aumento e/ou melhoria de estradas que dão acesso as aldeias	+5
Socioambientais	SA - 17	Diálogo da gestão com a comunidade	+7
Socioambientais	SA - 18	Introdução de novas tecnologias nos processos extrativistas (Socioambiental/Impactos)	-5
Socioambientais	SA - 19	Introdução de criatórios de camarão (SocioAmbiental/Impactos)	-9
Socioambientais	SA - 20	Melhoria na eletrificação das comunidades	+9
Socioambientais	SA - 21	Iniciativas de Educação Ambiental	+9
Socioambientais	SA - 22	Melhoria na qualidade de vida dos indígenas	+9
Socioambientais	SA - 23	Participação efetiva da comunidade na gestão	+5
Socioambientais	SA - 24	Melhoria no saneamento básico	+3
Socioambientais	SA - 25	Coleta de Resíduos Sólidos	+3

Socioambientais	SA - 26	Tratamento da água para abastecimento	+3
Socioambientais	SA - 27	Melhoria no Abastecimento de água	+3
Ambientais	A - 28	Preservação do Peixe-Boi	+9
Ambientais	A - 29	Redução do Desmatamento	+9
Ambientais	A - 30	Redução do lançamento de vinhoto	+5
Ambientais	A - 31	Lançamento de vinhoto	-9
Ambientais	A - 32	Assoreamento do rio	-9
Ambientais	A - 33	Construções de represas à montante do rio	-7
Ambientais	A - 34	Lixiviação de resíduos dos plantios de cana e agrotóxicos	-9
Ambientais	A - 35	Redução na quantidade e qualidade de recursos advindos do rio (peixes, caranguejos, mariscos, etc...)	-9
Ambientais	A - 36	Aumento na quantidade de resíduos sólidos no rio	-9
Ambientais	A - 37	Redução da cobertura vegetal nativa ao longo dos anos	-9

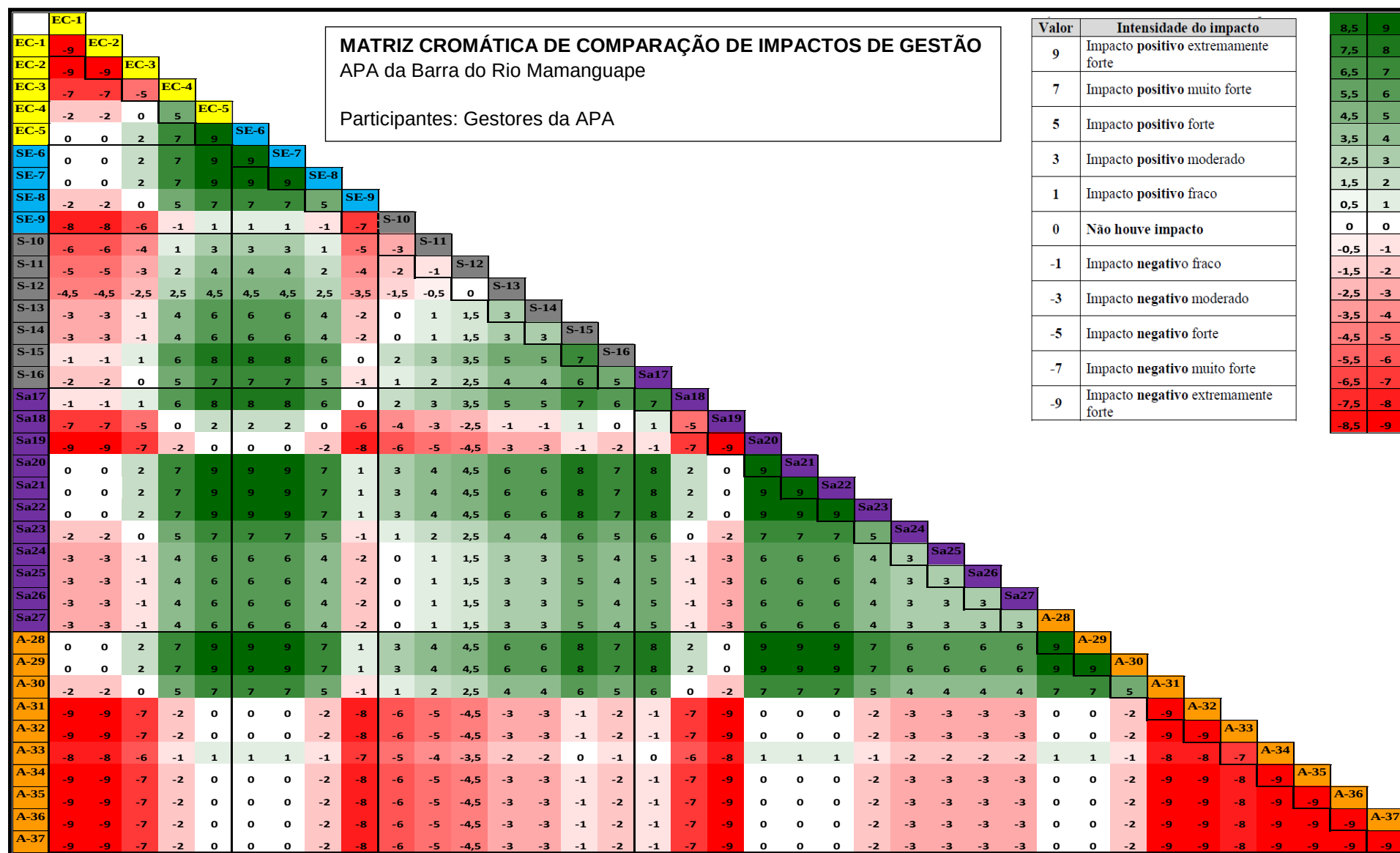
Fonte: Org. pelo autor com base na reunião com os gestores da APA.

Observa-se que dos trinta e sete impactos elencados pelas comunidades indígenas e avaliados pelos gestores da UC, quinze impactos foram valorados como impactos negativos (40,5% dos impactos), vinte e um foram valorados como impactos positivos (56, 8% dos impactos), e apenas um foi valorado na escala de valores hierárquicos com zero (2,7% dos impactos) no qual indica que o impacto permaneceu o mesmo desde a criação da APA ou não existe.

Ao longo da reunião, os gestores citaram mais alguns impactos nos quais acham importante listar, foi explicado da impossibilidade de inserir esses impactos na matriz devido ao fato de não ser possível reunir-se novamente com os grupos focais nas comunidades indígenas. Ainda assim, é importante citar esses impactos neste trabalho e a perspectiva dos gestores. Foram citados mais duas perspectivas de impactos por parte dos gestores, onde uma é um impacto que não está na tabela e outro é uma nova perspectiva de um impacto elencado pelas comunidades indígenas. São eles, o Crescimento Desordenado do Turismo e o Aumento e/ou Melhoria das Estradas (impacto S-16), sendo que estes estão sendo avaliado pela perspectiva ambiental, onde ambos foram avaliados de acordo com a escala de valores hierárquicos com o valor -7 (impacto negativo muito forte). De acordo com os gestores, a criação de estradas cria o efeito de borda ao cortar trechos da APA, onde há um prejuízo ambiental muito forte e que não deveria se ter a quantidade de estradas cortando aquela região, deveria ser um número mais reduzido.

Com os impactos devidamente valorados, elaborou-se a MCCIG na perspectiva da gestão, ilustrada na Matriz 02.

Matriz 2 - Matriz cromática comparativa com os resultados da avaliação dos gestores da APA da Barra do Rio Mamanguape - 2018



É perceptível pela matriz e pelos valores demonstrados na tabela, que os gestores tiveram uma percepção bem mais extremada no que se refere aos valores atribuídos através da escala de valores hierárquicos, ou seja, eles tiveram a perspectiva, de forma geral que, os impactos ou foram muito bons ou foram muito ruins, diferenciando da perspectiva das comunidades inseridas na área de sobreposição entre a APA da Barra de Mamanguape e a TI Potiguara. Para exemplificar, onze dos quinze impactos negativos foram valorados como impactos negativos muito forte ou impacto negativo extremamente forte, indicando um estado de degradação bastante crítico dos impactos avaliados. E dos vinte e um impactos positivos, dez foram avaliados com impactos positivos muito ou extremamente forte, indicando uma situação ideal no que se refere ao impacto positivo.

É importante ressaltar que a avaliação dos impactos de forma alarmante, no sentido de se dar um valor extremado indica ou uma situação perfeita ou uma situação de calamidade, o que não é ideal de se pensar quando se trata de muitos impactos citados na pesquisa. Como exemplo, temos os impactos EC-5, SE-6, SE-7, AS-21 e AS-22, que, respectivamente, representam os seguintes impactos: Aumento das alternativas de renda; Melhoria na renda dos indígenas; Fornecimento de educação básica; Iniciativas de educação ambiental; e Melhoria na qualidade de vida das comunidades indígenas. Todos esses impactos foram avaliados pela gestão como impacto positivo extremamente forte (+9 na escala de valores hierárquicos), o que, em tese, indica que o impacto é positivo e está em perfeito “funcionamento” ou tem perfeita funcionalidade. Fato que pode ser contestado, pois a situação de melhoria nas alternativas de renda, qualidade de vida e melhoria de renda da maioria das pessoas não é uma realidade. Foi relatado na maioria dos grupos focais que de fato as condições de vida nessas três perspectivas melhoraram mas não de forma significativa.

No que se refere ao fornecimento de educação básica, assim como é característico na maioria do Brasil, a educação está longe de ser perfeita, principalmente quando se trata de locais periféricos onde a educação ainda é mais precária. De fato houve uma melhora, boa parte das aldeias tem escolas, transporte, mas ainda está longe de ser uma condição ideal. Os argumentos dos gestores no que diz respeito à Educação Ambiental são de fornecimento de cursos como condutores de guias de turismo, oficinas, debates sobre o marco regulatório do

caranguejo Uçá e diálogos do conselho gestor. Porém, é necessário não só fornecer cursos, oficinas, reuniões, etc... Faz-se necessário dar base para uma participação mais intensa e não só de partes “representativas” das comunidades. Para se atingir um nível de conservação adequado é essencial a participação da maioria da comunidade em ações de educação ambiental, é necessário se pensar estratégias para que essa participação seja ampliada, mesmo com um contingente muito reduzido de agentes à disposição dos gestores.

Na próxima discussão será aprofundado o debate sobre a MCCIG elaborada pela comunidade indígena e a MCCIG elaborada pelos gestores, confrontando-as e analisando cada perspectiva de forma a avaliar o distanciamento dos dois sujeitos da pesquisa.

6.3 A Comparação das Percepções como Análise do Nível de Distanciamento da Gestão com a Comunidade

Segundo Nascimento (2013), esta metodologia além de identificar a intensidade dos impactos da gestão sobre as comunidades da inseridas na UC, também contribui para elaboração de uma proposta metodológica alternativa que permita, por meio da visualização e interpretação, determinar o valor de cada impacto provocado pela ação da gestão. Ainda segundo o autor, através desta metodologia, devido ao caráter de demonstrar os aspectos que foram favoráveis ou positivos e desfavoráveis e negativos, é possível verificar se o processo de gestão atende ou não ao seu princípio democrático e participativo, se contempla todos os envolvidos ou não.

Dessa forma, a finalidade aqui é confrontar as duas visões e comparar as valorações dos impactos junto as MCCIG's para assim verificar qual a percepção dos gestores e qual a percepção das comunidades indígenas que vivenciam o dia a dia inseridos na APA da Barra Do Rio Mamanguape. Desta forma, a Tabela 03 confronta os valores de cada impacto, divididos entre a valoração das comunidades indígenas e a valoração dos gestores da APA de forma a comparar cada valoração.

Tabela 3 - Impactos Indicados Pelos Indígenas Na APA da Barra do Rio Mamanguape e a Comparação das Valorações de Acordo com a Percepção dos Gestores e das Comunidades Indígenas.

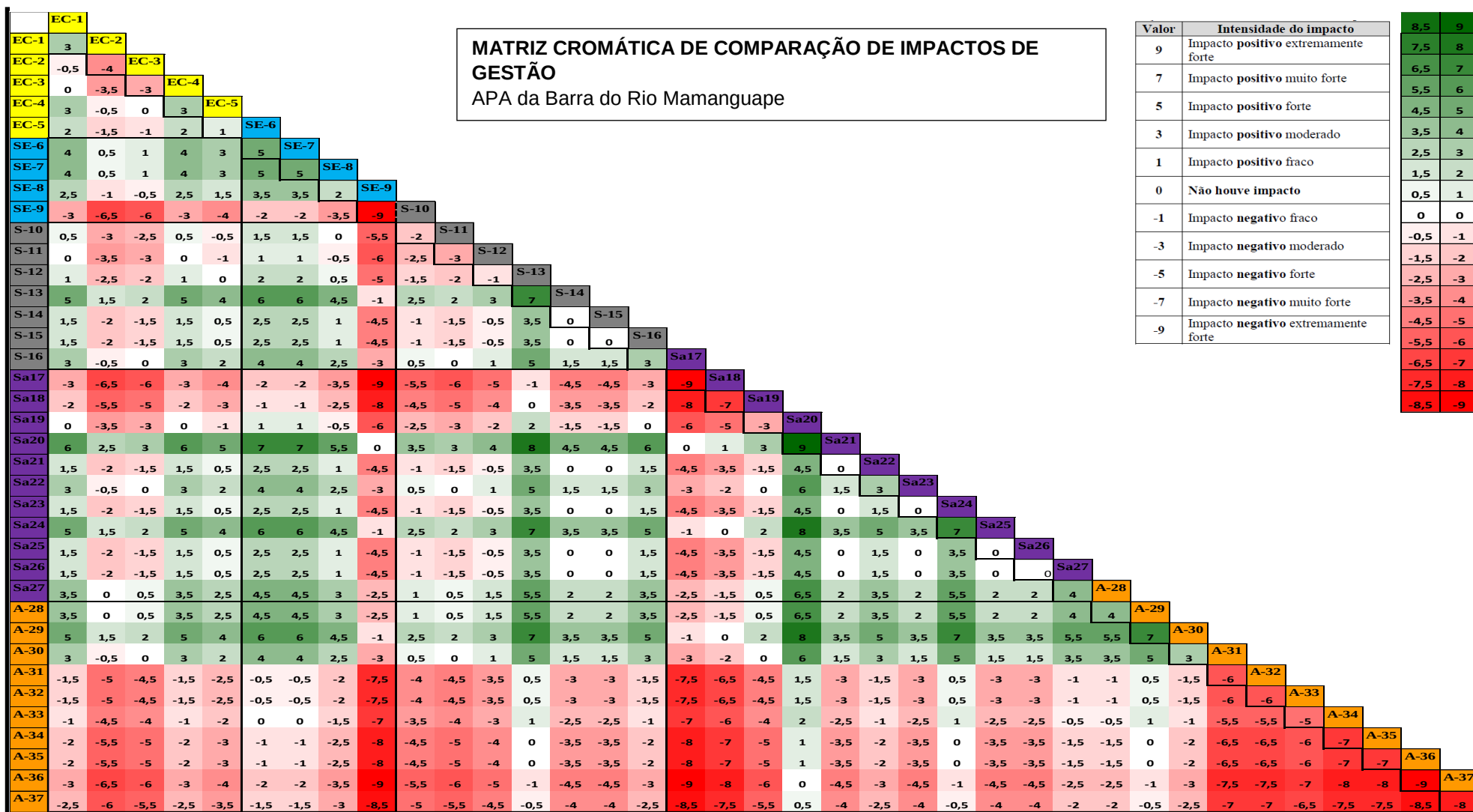
Impactos Indicados Pelos Indígenas Na APA Da Barra Do Rio Mamanguape				
Tipos de impactos	Código	Impactos indicados nos grupos focais	Valoração	
			Gestores	Comunidade Indígena
Econômicos	EC - 1	Introdução dos criatórios de camarão	-9	+3
Econômicos	EC - 2	Redução da Atividade Agrícola Tradicional	-9	-4
Econômicos	EC - 3	Redução da pesca do camarão nativo	-5	-3
Econômicos	EC - 4	Crescimento do Turismo	+5	+3
Econômicos	EC - 5	Aumento das Alternativas de Renda	+9	+1
Socioeconômicos	SE - 6	Melhoria na Renda dos Indígenas (programas governamentais)	+9	+5
Socioeconômicos	SE - 7	Fornecimento de educação básica	+9	+5
Socioeconômicos	SE - 8	Introdução de novas tecnologias nos processos extrativistas (Socioeconômico)	+5	+2
Socioeconômicos	SE - 9	Conflitos por terras (atração de moradores não nativos, casas de veraneio, etc.)	-7	-9
Sociais	S -10	Êxodo Rural (situação atual)	-3	-2
Sociais	S -11	Aumento da Pressão Populacional	-1	-3
Sociais	S -12	Alteração dos hábitos culturais	0	-1
Sociais	S -13	Redução do Êxodo Rural	+3	+7
Sociais	S -14	Organização política das comunidades (associações, cooperativas, sindicatos, etc)	+3	0
Sociais	S -15	Valorização dos hábitos culturais	+7	0
Sociais	S -16	Aumento e/ou melhoria de estradas que dão acesso as aldeias	+5	+3
Socioambientais	SA - 17	Diálogo da gestão com a comunidade	+7	-9
Socioambientais	SA - 18	Introdução de novas tecnologias nos processos extrativistas (Socioambiental/Impactos)	-5	-7
Socioambientais	SA - 19	Introdução de criatórios de camarão (SocioAmbiental/Impactos)	-9	-3

Socioambientais	SA - 20	Melhoria na eletrificação das comunidades	+9	+9
Socioambientais	SA - 21	Iniciativas de Educação Ambiental	+9	0
Socioambientais	SA - 22	Melhoria na qualidade de vida dos indígenas	+9	+3
Socioambientais	SA - 23	Participação efetiva da comunidade na gestão	+5	0
Socioambientais	SA - 24	Melhoria no saneamento básico	+3	+7
Socioambientais	SA - 25	Coleta de Resíduos Sólidos	+3	0
Socioambientais	SA - 26	Tratamento da água para abastecimento	+3	0
Socioambientais	SA - 27	Melhoria no Abastecimento de água	+3	+4
Ambientais	A - 28	Preservação do Peixe-Boi	+9	+4
Ambientais	A - 29	Redução do Desmatamento	+9	+7
Ambientais	A - 30	Redução do lançamento de vinhoto	+5	+3
Ambientais	A - 31	Lançamento de vinhoto	-9	-6
Ambientais	A - 32	Assoreamento do rio	-9	-6
Ambientais	A - 33	Construções de represas à montante do rio	-7	-5
Ambientais	A - 34	Lixiviação de resíduos dos plantios de cana e agrotóxicos	-9	-7
Ambientais	A - 35	Redução na quantidade e qualidade de recursos advindos do rio (peixes, caranguejos, mariscos, etc...)	-9	-7
Ambientais	A - 36	Aumento na quantidade de resíduos sólidos no rio	-9	-9
Ambientais	A - 37	Redução da cobertura vegetal nativa ao longo dos anos	-9	-8

Fonte: Org. pelo autor com base na reunião com os gestores da APA e nos Grupos Focais Realizados nas Aldeias Camurupim, Tramataia, Coqueirinho e Brejinho.

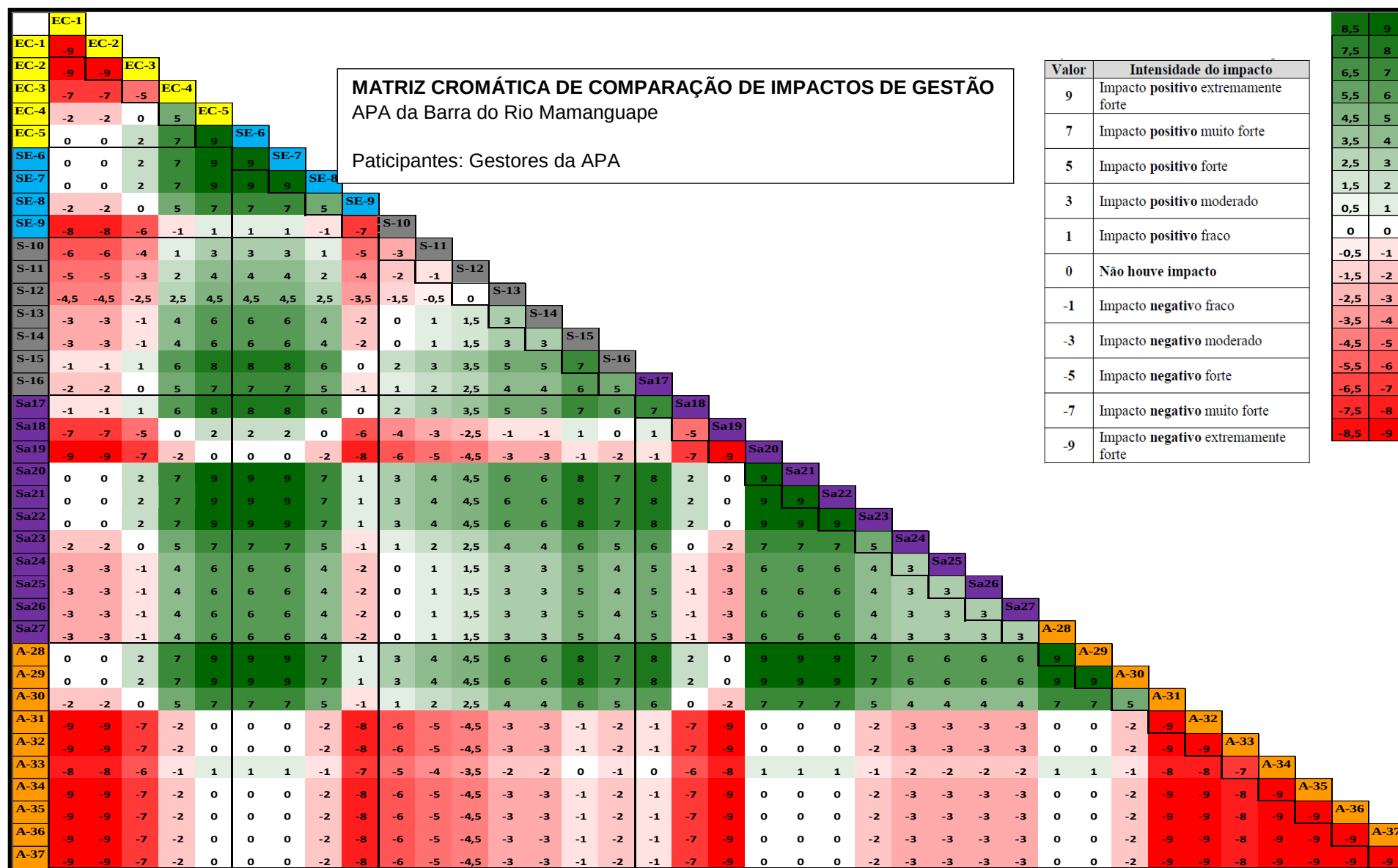
Em seguida para melhor visualização na comparação, serão replicadas em sequência as Matrizes 01 e 02 para facilitar a visualização das diferenças de percepção entre os gestores e os indígenas.

Matriz 3 - Matriz cromática comparativa com os resultados da avaliação das comunidades indígenas da APA da Barra do Rio Mamanguape - 2017



Fonte: Elaborado pelo autor, (2017)

Matriz 4 - Matriz cromática comparativa com os resultados da avaliação dos gestores da APA da Barra do Rio Mamanguape – 2018



Fonte: Elaborado pelo autor, (2018)

Diante do exposto nas comparações das matrizes e da tabela indicando as valorações, observa-se que de modo geral houve uma quantidade considerável de divergências sobre a natureza do impacto, se positivo, negativo ou quando se atribui o valor de zero na escala de valores hierárquicos indicando que o impacto não existe. Foram de nove impactos (24,3% dos impactos) que divergiram enquanto a natureza do impacto, sendo eles:

- EC – 1: Introdução dos criatórios de camarão
- S – 12: Alteração dos hábitos culturais
- S-14: Organização política das comunidades (associações, cooperativas, sindicatos, etc)
- S –15 Valorização dos hábitos culturais
- SA –17 Diálogo da Gestão com a Comunidade
- SA – 21 Iniciativas de Educação Ambiental
- SA – 23 Participação efetiva da comunidade na gestão
- SA – 25 Coleta de Resíduos Sólidos
- SA – 26 Tratamento da água para abastecimento

A seguir explanaremos as percepções de cada sujeito envolvido na pesquisa. Destaca-se a que o maior número de divergências quanto a natureza do impacto foi relativo aos impactos socioambientais, com nenhuma divergência nos aspectos socioeconômicos e ambientais. No que se refere ao impacto EC – 1 que trata da introdução dos criatórios de camarão na perspectiva de fonte de renda para a comunidade indígena, os gestores avaliaram como um impacto negativo extremamente forte (-9) enquanto as comunidades avaliaram como um impacto positivo moderado (+3). Para os gestores, essa avaliação tão negativa foi devido ao fato de que poucos dos criatórios de camarão são de caráter familiar. A maioria são arrendados e até mesmo viveiros de pessoas de fora da comunidade, ou seja não indígenas, isso é um agravante econômico para a própria população. Este fato é confirmado quando a comunidade indígena reconhece que a maioria dos beneficiários são pessoas de uma condição financeira melhor, fato este que muitas vezes geraram situações um pouco desconfortáveis em alguns grupos focais causando uma divisão onde algumas pessoas “atacavam” aos criadores

de camarão. Mas ressaltaram, dentro dos grupos focais, a importância econômica para as famílias que de fato tiram a subsistência daquele meio.

Ao se analisar os impactos referentes às características sociais os impactos que tiveram divergência (S-12, S-14 e S-15) foram respectivamente valorados pelos gestores com impacto inexistente (0), impacto positivo moderado (+3) e Impacto positivo muito forte (+7). Já as comunidades indígenas valoraram, respectivamente, o impacto S-12 em impacto negativo fraco (-1), e os impactos S-14 e S-15 como inexistente (0). Os impactos S-12 e S-15 têm uma interligação por falar de hábitos culturais tradicionais daquele povo, ao se falar da alteração desses hábitos (S-12), a comunidade relata que há um processo de aculturação como, por exemplo, a diminuição dos rituais como o Toré, mas que boa parte do seu povo ainda resiste mantendo essa cultura. Já a valorização dos hábitos culturais (S-15), foi relatado pelas comunidades que são inexistentes, já que quase não há incentivo para sua prática e eles não veem devida valorização de sua cultura. Os gestores, em sua perspectiva, avaliaram que não houve modificação dos hábitos culturais no decorrer da criação e implantação da APA até os dias atuais e que, ao contrário do que a comunidade indígena relata, há uma valorização muito forte de sua cultura, afirmando que o turismo da região dá essa devida valorização aos hábitos culturais dos povos Potiguaras. Vale aqui refletir qual o tipo de valorização querem os povos Potiguaras e qual o tipo de valorização que pensam os gestores, isso demonstra uma perspectiva distanciada e peculiar a respeito desse impacto. Talvez esses povos não considerem uma valorização exploratória uma forma de atribuir valor a suas culturas.

Já o impacto S-14, vai tratar da Organização política das comunidades (associações, cooperativas, sindicatos, etc). Para os gestores esse impacto é positivamente moderado, já que parte dos indígenas se associa em colônias de pescadores e outras associações. Nos grupos focais, o que mais foi relatado sobre essa perspectiva é que boa parte dessas organizações não funcionam ou não funcionam como deveriam, sem sequer repassar informações para a comunidade, o que de acordo com o descrito nos grupos focais, essas formas de organização não os representam como deveriam e são os mesmos desde a criação da APA, por isso valoraram como um impacto zero.

Nos impactos relativos as questões socioambientais foram onde se encontraram as divergências mais severas e perigosas para uma gestão efetiva, sustentável e participativa de uma UC e que pode comprometer a conservação da biodiversidade local. No impacto SA-17 que trata do diálogo da gestão com a comunidade foi onde se obteve a maior discrepância de valores, os gestores afirmaram que o impacto é positivo muito forte (+7), bem próximo do que se poderia considerar perfeito, que seria indicado pelo impacto positivo extremamente forte (+9). Para justificar tal avaliação os gestores citaram algumas atividades realizadas na área no qual eles consideraram como diálogo com a população indígena, tais como parcerias com instituições como o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) para formação de condutores de guias de turismo aos índios potiguaras que desenvolvem atividades de turismo em embarcações, parcerias com o Instituto Federal da Paraíba-IFPI para que os barqueiros retirassem a carteira MAC (Marinheiro Auxiliar de Convés) que dá habilitação para conduzir barcos com até seis pessoas tripulantes com a justificativa de incentivo ao turismo de base comunitária. Além disso, segundo os gestores, a APA chamou para conversar em algumas oficinas e reuniões com o conselho gestor. Oficinas como o Marco Regulatório do Carangueijo-Uçá e o plano de recuperação das espécies, bem como os debates e diálogos do conselho gestor onde os índios tem cadeira para um representante.

Em contraponto, nos grupos focais e também através de relatos obtidos a partir do observador participante, os relatos referentes ao diálogo da gestão com a comunidade são bem diferentes. Primeiro que sua valoração na escala de valores hierárquicos foi bem diferente, avaliaram que o diálogo da gestão com as populações indígenas inexistente, avaliando como impacto negativo extremamente forte (-9), e que o “IBAMA” só aparece quando é para punir e proibir. Ao colocar o termo “IBAMA” (entre aspas) foi devido ao fato que a maior parte da comunidade não saber distinguir a diferença do que é IBAMA, IBMBio e a Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape. Pôde-se observar que nas comunidades tradicionais não indígenas que residem na margem direita do rio Mamanguape há uma maior conscientização do que é e das competências do IBAMA, ICMBio e a Área de Proteção Ambiental, fato este que pode indicar uma maior aproximação da gestão com

as comunidades não indígenas. A partir disso, pode-se observar que o primeiro passo para um diálogo não está firmado. Diálogo significa troca de ideias; discussão que busca um acordo entre duas partes. E para o início dessa troca de ideias, discussão e acordo é necessário as duas partes se conhecerem, o que, de fato, não ocorre nessa situação.

Apesar das comunidades indígenas terem um acento no conselho gestor, maior parte delas demonstravam que não sabia quem era seu representante e não havia um diálogo entre ele e a comunidade para que seus anseios fossem levados à reunião, e isso é influência das condições de organização política dessas comunidades, nos quais as mesmas reconhecem como inexistente como mencionado anteriormente.

Aplicar cursos, reuniões, oficinas, etc, de forma a não dar condições para que os sujeitos participem de tais atos não é dialogar. Quiçá, apenas aplicar isso não seja dialogar, entraria aqui num debate filosófico mais aprofundado. Porém, para uma gestão verdadeiramente participativa de uma UC é necessário a participação e o conhecimento de boa parte da população, e para que isso ocorra é necessário se dar bases e condições para que esses povos possam participar e ter voz. Carece de metodologias mais criativas para um diálogo mais eficiente e que se resulte numa conservação efetiva da sociobiodiversidade. Se o contingente de servidores é ineficiente, deve-se inserir as populações tradicionais, de modo geral, no processo gestor, fiscalizador e educador. Na conclusão deste trabalho, será proposto uma possível forma de inserir essas populações no processo gestor de forma mais ampla, no qual pode se pensar e trabalhar mais a fundo.

O impacto SA-23 vai tratar da participação efetiva da população indígena no processo gestor. Os gestores avaliaram como um impacto positivo forte (+5), o que se apresenta como uma contradição, pois ao falar das atividades proporcionadas por eles, os mesmos relataram que muitas das pessoas convocadas a participar não compareciam, contando com a presença de apenas alguns participantes. Já a comunidade, avaliou como inexistente (0), relatando que se não há diálogo não há participação das mesmas. Porém, alguns catadores ainda citaram a reunião do marco regulatório do caranguejo-Uçá, e que mesmo assim ou não participaram, ou foram e saíram durante a

oficina por acharem muito burocrático ou considerarem que não estavam sendo ouvidos.

O impacto SA-21 que se refere à Educação Ambiental praticada nas aldeias para a comunidade é outra divergência de visões, as comunidades relataram a sua inexistência, na escala de valores hierárquicos (0), por parte da gestão, referindo que havia algumas ações nas escolas locais, na maioria das vezes, apenas para os estudantes. Já a gestão avaliou como um impacto positivo extremamente forte (+9), acredita-se que considerando as mesmas ações já citadas.

Já os impactos SA-25 e o SA-26, irão considerar, respectivamente, a coleta de resíduos sólidos e o tratamento de água para abastecimento. Nesse caso é interessante que esses dois impactos falam muito da vivência diária em cada aldeia e algo relativamente fácil de perceber. Tivemos as seguintes avaliações para ambos os impactos (SA-25 e SA-26), os gestores avaliaram em impacto positivo moderado (+3) e as comunidades avaliaram como inexistentes (0). Como observador participante foi fácil perceber a inexistência desses dois aspectos essenciais para um ambiente equilibrado, conservado e sustentável, bem como para uma condição de vida minimamente de qualidade. A coleta de resíduos sólidos só ocorre uma vez por semana em apenas uma aldeia, a aldeia Tramataia, ainda assim é comum em algumas semanas a coleta não ser realizada. A água é coletada diretamente do poço e enviada para as casas e a desinfecção é realizada pelos próprios moradores que recebem frascos de cloro para desinfecção fornecidos pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

Se tratando das MCCIGs, observa-se que de imediato algumas áreas apresentam a mesma cor nas duas matrizes, principalmente nos quesitos ambientais, porém a tonalidade da matriz que reflete a percepção dos gestores é mais intensa e forte, o que indicam que suas valorações foram bastante extremadas, considerando que a situação dos impactos ou eram muito boas ou bastante ruins. Já a matriz que representa a percepção das populações indígenas, indica que foram bem mais moderados quando a intensidade do impacto, considerando-se que se ainda há naquele local uma grande sociobiodiversidade, é difícil que já se tenha uma situação caótica, embora que nos quesitos ambientais tenham também chamado a atenção para alguns

impactos que afetam direta e indiretamente os recursos utilizados por esses povos, mas ainda assim, mais moderados que os gestores.

Pode-se dizer, com as avaliações e as matrizes, que os gestores tomam um enfoque muito grande para a questão ambiental, o que é de se esperar dado o caráter do biológico e ecológico do ICMBio, porém quando a questão é sustentabilidade, sociobiodiversidade, conservação e demais definições que protejam o meio com a participação das populações, é necessário avaliar as questões de forma um pouco mais ampla, levando-se em consideração variáveis de características sociais, ambientais e econômicas.

7. CONCLUSÃO

Diante do objetivo principal da dissertação, que consiste em avaliar o nível de distanciamento da gestão para as populações indígenas residentes na zona de sobreposição entre a TI Potiguar e a APA da Barra do Rio Mamanguape e dos resultados e discussões comentados anteriormente, pode-se afirmar que há um nível de distanciamento considerável entre gestores e a comunidade indígena, visto que suas percepções foram bem distintas tanto no que se refere às valorações dos quanto nas percepções dos impactos e nos discursos de cada ator envolvido.

Este fato é reforçado nas MCCIG's, ao analisarmos as duas matrizes percebe-se a modificação na intensidade das cores e a mudança de cores em alguns aspectos sociais, culturais e ambientais. Assim, fica nítido que as percepções de quem vive o dia a dia da área sobreposta é diferente da percepção dos gestores, seja pela falta de participação dos gestores dentro da comunidade, seja pela falta de participação da comunidade dentro do processo gestor. É interessante avaliar as percepções da comunidade não indígena que vivem no interior da APA da Barra do Rio Mamanguape para que possa comparar as três percepções e analisar se o mesmo nível de distanciamento ocorre nas comunidades que não estão inseridas na área de sobreposição ou se esse distanciamento ocorre por se tratar de uma área onde os conflitos são mais intensos.

Pode-se afirmar que as hipóteses da pesquisa foram confirmadas, uma vez que se constatou que as atuais estratégias de gestão, vigentes na APA da Barra do Rio Mamanguape, não estão atendendo ou não aponta para isso e nem são capazes de acolher as demandas sociais, ambientais e econômicas

das comunidades tradicionais presentes nessa área de proteção. Assim, faz-se necessário uma nova política de gestão dentro dessa UC. As comunidades indígenas tiveram total capacidade de elencar e atribuir valores aos impactos, agregando com informações importantes e ricas em conhecimento tradicional local.

A visão unilateral das avaliações de efetividade de gestão em unidades de conservação não permite visualizar diretamente as demandas das comunidades, uma vez que se dá apenas na visão dos gestores e os resultados são qualitativos. Desta forma, estes resultados obtidos na pesquisa auxiliam e se tornam mais completos se analisados com outros métodos já aplicados na UC, corrigindo assim uma das limitações do método aplicado nesta pesquisa que é a não obtenção de resultados quantitativos na forma de percentual. Outra limitação seria quanto a quantidade de fatores e elementos envolvidos, pois quanto maior for esses fatores e elementos maior será a possibilidade de incorrer erros, tendo o pesquisador que ter uma maior atenção e sensibilidade para evitar esses equívocos.

Os resultados dessa pesquisa podem e devem auxiliar a gestão da referida Unidade de Conservação na análise dos pontos fracos e fortes da gestão, bem como os pontos mais críticos no que diz respeito aos povos indígenas para que possa introduzi-los nas tomadas de decisões buscando uma efetividade e sustentabilidade da gestão e da APA da barra do rio Mamanguape como um todo.

Diante do exposto, pode-se extrair anseios e perspectivas dos povos indígenas no que diz respeito ao uso e manejo de recursos do estuário e da economia local bem como do modo de vida das comunidades as qual influenciam diretamente na relação com a natureza. Uma importante forma de aproximá-los da gestão é através de pesquisadores que há muito tempo trabalham no local e tem confiança da comunidade e também através das lideranças.

Um dos argumentos da gestão para realizar atividades dentro dessa área é a falta de corpo técnico tanto no ICMBio quanto no IBAMA. Argumento este consistente, principalmente pelo momento político e econômico da atual conjuntura brasileira. Porém, nada impede de capacitar pessoas específicas da própria comunidade para que eles sejam os agentes fiscalizadores e

promotores de práticas sustentáveis para os demais. Um exemplo desse modelo participativo e democrático é o que aconteceu na revolução agroecológica em Cuba, relatado no livro *Revolução Agroecológica: O Movimento de Camponês a Camponês da ANAP*¹⁴ em Cuba. A ideia central dessa política adotada em Cuba é a participação camponesa tanto nas tomadas de decisões quanto nas ações diretas e capacitações dos camponeses no que se refere à agroecologia, desta forma o início de sua implantação ocorreu com a capacitação de alguns camponeses chave como facilitadores, promotores e coordenadores que seriam responsáveis por organizar e discutir com a população e seus grupos como iriam proceder nos seus plantios. O resultado foi uma autonomia e soberania alimentar e plantios mais resistentes. A base da ideia central desse método pode servir de inspiração para participação efetiva das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas na gestão de unidades de conservação. Por fim, se faz necessário aplicar o método e mais comunidades, principalmente não indígenas, inseridas na APA da Barra do Rio Mamanguape para uma maior completude dos dados, acreditando-se que a percepção das comunidades não indígenas sejam diferente por ter outro tipo de relação com a gestão da UC.

¹⁴ Asociación Nacional de Agricultores Pequeños.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. **Geoplítica da Biodiversidade**. Brasília: Ibama, 1998.
- ALVES, R. R. N.; NISHIDA, A. K. Aspectos socioeconômicos e percepção ambiental dos catadores de caranguejo-uçá, *Ucides cordatus cordatus* (L. 1763) (Decapoda, Chachyura), no estuário do Rio Mamanguape, Nordeste do Brasil. **Interciência**, V. 28, n.1 , p. 36-43, 2003.
- Amorozo, M. C. de M. & R. B. Viertler. 2008. A abordagem qualitativa na coleta e análise de dados etnobotânicos, in **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. Editado por U. P. de Albuquerque, R. F. P. de Lucena e L. V. F. C. da Cunha, pp. 73-91. São Paulo: UNESP.
- ARAUJO, M. A. R., **Unidades de Conservação no Brasil: da República à Gestão de Classe Mundial**, p. 132-133, 2007.
- BACKES, Dirce Stein et al. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 35, n. 4, p.348-442, set. 2011.
- BARBOSA, Izolda Kelly Pereira. **ECOTURISMO E ETNOTURISMO NA ALDEIA POTIGUARA DE TRAMATAIA, ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE (PB)**. 2012. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As Etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.39-68, jan. 2006.
- BELLO, Angela Ales. **Introdução a Fenomenologia**. Baurú: Edusc, 2006. 108 p.
- BRASIL. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. **Lei no 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Brasília , 18 jul. 2000.
- BRITO, M. C. W. (2000), **Unidades de conservação**: intenções e resultados. SP, Annablume/FAPESP.
- CAMPANILI, Maura. **No mesmo lugar, desde o descobrimento**. Maura Campanili. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/website/parabolicas/edicoes/edicao58/potiguar a.html>>. Acesso em 21 fev. 2018.

CATERALL, M., MACLARAN, P. Focus group data and qualitative analysis programs: coding the moving picture as well as the snapshots. **Sociological Research Online**, v. 2, n. 1, mar. 1997.

CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro (Org.). **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: Funai, 2012. 115 p.

COSTA, Guilherme Borges da; SILVA, Alessandro Soares da. Os Desafios da Gestão Participativa de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) no Brasil e as Contribuições da Noção de Negociação Política. **Gestão & Políticas Públicas**, São Paulo, v. 2, n. 1, p.441-459, jan. 2012.

COSTA, Thalles Chaves. O ATOR ANTROPÓLOGO: A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE COMO FERRAMENTA DO ATOR PARA A CONSTRUÇÃO DO PERSONAGEM.. In: ENCONTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO, 16., 2010, Mossoró. **Anais...** . Mossoró:, 2010.

COSTA, Ana Paula Ferreira Santos da. Et al. Métodos de avaliação nas unidades de conservação no brasil: um olhar sobre os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade. In: V Simpósio de gestão ambiental e biodiversidade, 5., 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** . Rio de Janeiro: Sigabi, 2012. p. 172 - 178.

CREADO, Eliana dos Santos Junqueira; FERREIRA, Lúcia da Costa. O caleidoscópio conservacionista: o SNUC como um acordo temporário no ambientalismo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 1., 2011, Vitória. **Anais...** . Vitória: Ufes, 2011. p. 1 - 20.

CRUZ NETO, O. et al. Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investiga. In Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 13., 2002 Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, 2002.

DESCOLA, Philippe – **A Natureza: um conceito em sursis?** P.109-122. A Ciência, Deus ou Diabo? São Paulo: Unesp, 2001.

DIAS, Cláudia Augusto. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p.1-12, dez. 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos et al. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Nupaub e Ministério do Meio Ambiente - MMA, 2000. 189 p.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6. ed. São Paulo: Nupaub, 2008

DIEGUES, Antonio Carlos. **Construção da etno-conservação no Brasil: o desafio de novos conhecimentos e novas práticas para a conservação**. São Paulo: NUPAUB, s/d., 7p. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/manausetnocon.pdf>>. Acesso em: 21/08/2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2000. 290 p.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. 2008. **Gestão Ambiental Territorial na Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape (PB)**. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento. n 50.

ESPOSITO, Vitoria Helena Cunha. **A escola: Um enfoque fenomenológico**. São Paulo: Escuta, 1994.

FARIA, Helder Henrique de. **Eficácia De Gestão De Unidades De Conservação Gerenciadas Pelo Instituto Florestal De São Paulo, Brasil**. 2004. 401 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2004.

FARIA, H. H., **Avaliação do desempenho gerencial de unidades de conservação: a técnica a serviço de gestões eficazes**. In: Marcos Antônio Reis Araújo. (Org.). Unidades de Conservação no Brasil: Da Republica à Gestão de Classe Mundial. p. 139-167. 2007.

FERREIRA, L. C. (2004), "Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil". Revista **Ambiente & Sociedade**, VII, 1: 47-66.

FRANCO, Fernanda Santini; SZYMANSKI, Heloisa. Anais IV SIPEQ – ISBN – 978 - 85 - 98623 - 04 - 7 1 O MÉTODO FENOMENOLÓGICO - HERMENÊUTICO NA INVESTIGAÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 4., 2010, Rio Claro. **Anais...** . Rio Claro: Unesp, 2010. p. 1 - 7.

FRANÇA, Nahyda et al. **Gestão participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: IBASE, 2006.

FUNAI. Fundação Nacional do índio. Administração Executiva Regional de João Pessoa. **Os Potiguara**. 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto54/FO-CX-54-3499-2005.PDF>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

FUNAI. Fundação Nacional do índio. **Terras Indígenas**. 2018. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

FUNAI. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. . **Terras Indígenas**. 2017. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 16 ago. 2017

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI. . **Terras Indígenas (2017)**. 2017. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/shape>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

GOMES, Andressa Tamires Araújo et al. IDENTIFICAÇÃO DA BIOTA ACOMPANHANTE POR MEIO DE TÉCNICA DE COLETA DE MARISCO (Anomalocardia brasiliana) NO ESTUÁRIO DO RIO MAMANGUAPE – PB. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA E ENSINO EM CIÊNCIAS, 2., 2017, Campina Grande. **Anais...** . Campina Grande: Realize, 2017.

GURGEL, Helen C. et al. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O FALSO DILEMA ENTRE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental - Ipea**, Brasília, v. 3, p.109-119, dez. 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Mapas:** distribuição total, rural e urbana da população indígena no Brasil. 2010. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas-2.html>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da APA da Barra do Rio Mamanguape e da ARIE da Foz do Rio Mamanguape**. Brasília: Icmbio, 2014. 335 p.

ICMBio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **APA da Barra do Rio Mamanguape**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/porta1/apda-barra-do-rio-mamanguape?highlight=WyJhcGEiLCJiYXJyYSIsImFwYSBiYXJyYSJd>>. Acesso em: 05 out. 2017.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **O desafio de garantir participação no complexo universo da gestão**. Brasília: Icmbio, 2015.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. **Potiguara**. 2006. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/potiguara/936>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA (Brasil). **UCs federais no Brasil: Grupos e Categorias**. 2017. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

IUCN, World Commission on Protected Areas: **Guidelines for Protected Area Management Categories: Commission on National Parks and Protected Areas (CNPPA) with the assistance of the world conservation monitoring centre**. IUCN, 1994.

LIMA, Antonio Balbino Marçal (Org.). **Ensaio sobre fenomenologia:** Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty. Ilheus: Editus, 2014. 126 p.

LEUZINGER, M. D. **Meio Ambiente:** propriedade e repartição constitucional de competências. Rio de Janeiro: Esplanada, 2002. 152 p

LIEDKE, Alice Rubini. **A atuação do Ministério Público Federal em contextos de lutas pelo reconhecimento dos direitos indígenas no vale do rio Mamanguape, litoral norte, PB**. 2007. 000 f. Dissertação (Mestrado) -

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; CUNHA, Claudia Conceição. Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação: Elementos Para se Pensar a Sustentabilidade Democrática. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p.237-253, mar. 2008.

MASINI, E. F. S. **Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação**. In: FAZENDA, I. (Ed.) Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989.

MARTINS, João Batista. Observação Participante: Uma Abordagem Metodológica Para A Psicologia Escolar. **Semina: Ciências, sociedade e humanidade**, Londrina, v. 17, n. 3, p.266-273, set. 1996.

MARTINS, Joel. **Um enfoque fenomenológico do currículo**: educação como póiesis. São Paulo: Cortez, 1992.142p

MAY, Tim. **Pesquisa Social**: Questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 285 p.

McCORMICK, J. (1992), **Rumo ao paraíso**. RJ, Relume-Dumará.

Millennium Ecosystem Assessment - MEA, 2005. **Ecosystems and Human Well-being**: Synthesis. Island Press, Washington, DC.

Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Tabela consolidada das Unidades de Conservação**. 2016. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_ConsolidadoFev16.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2016.

Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Mapa Temático e Dados Geoestatísticos das Unidades de Conservação Federais**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/geoprocessamentos/51-menu-servicos/4004-downloads-mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-uc-s>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**: Relatório Parametrizado - Unidade de Conservação. Brasília: Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2015. 4 f.

Ministério do Meio Ambiente - MMA. **O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**. 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_publicacao/240_publicacao05072011052536.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2017.

Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Áreas Protegidas, V.2, Gestão Participativa do SNUC**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas** – seleção e manejo. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

MOSCOVICI, S. **Natureza**: para pensar a ecologia. Rio de Janeiro: Instituto Gaia, 2007.

MOONEN, Frans. **OS ÍNDIOS POTIGUARA DA PARAÍBA**. 2008. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lucianomaia/moonen_indios_potiguara_pb_2008.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2018.

Moreira, Juliana Fernandes. **Legislação Ambiental e Conflitos Socioambientais**: o caso da atividade de carcinicultura na APA Barra do Rio Mamanguape – PB, dissertação apresentada no mestrado do PRODEMA, UFPB, 2008.

NASCIMENTO, Paulo Sérgio Silvino do. **GESTÃO EM ÁREAS PROTEGIDAS**: PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DA APA CHAPADA DO ARARIPE. 2013. 205 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Rio Claro, 2013.

NASCIMENTO, Douglas Macêdo do; MOURÃO, José da Silva; ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega. A substituição das técnicas tradicionais de captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) pela técnica “redinha” no estuário do rio Mamanguape, Paraíba. **Sitientibus: Série Ciências Biológicas**, Feira de Santana, v. 11, n. 1, p.113-119, set. 2011.

NISHIDA, A. K.; NORDI, N.; ALVES, R. R. N. da. Abordagem etnoecológica da coleta de moluscos no litoral paraibano. **Tropical oceanography**, v. 32, n. 1, p. 53 - 68, 2004.

NORDI, N. 1992. **Os catadores de caranguejo-uçá (*ucides cordatus*) da região de várzea nova (PB) uma abordagem ecológica e social**. Tese de doutorado. São carlos-sp: ccbs, ufscar, 107 p.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p.47-77, jan. 1998.

OLIVEIRA, Daniela de; FRANCO, José Luiz de Andrade. Efetividade De Gestão De Unidades De Conservação:: Resultados E Implementação Das Avaliações No Brasil. In: Encontro Nacional Da Associação De Pós-Graduação E Pesquisa Em Ambiente E Sociedade, 5., 2010, Florianópolis. **Anais...**. Florianópolis: Anppas, 2010. p. 1 - 3.

PARAJULI, P.. Beyond capitalized nature: ecological ethnicity as an arena of conflict in the regime of globalization. **Ecumene**, [s.l.], v. 5, n. 2, p.186-217, 1 abr. 1998. SAGE Publications.

PARAJULI, P. Retornando ao lar terra: etnicidades ecológicas e diversidades bioculturais na idade da ecologia. In: HERCULANO, S. e PACHECO, T. C. (Org.). **Racismo ambiental**: I Seminário Brasileiro Contra o Racismo

Ambiental. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE: LACTTA: UFF, 2006. pp.100-118.

PARENTE, Izabel Cavalcanti Ibiapina; BURSZTYN, Marcel. Conflitos em Unidades de Conservação na Amazônia: o caso do Parque Estadual Monte Alegre – Pará. **Novos Cadernos Naea**, Belém, n. 2, p.21-44, dez. 2012.

PEIXOTO, Livio Bruno Oliveira. **Efetividade de gestão em unidade de conservação de proteção integral federal do norte fluminense: uma comparação de metodologias empregadas no parque nacional da restinga de jurubatiba**. 2013. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Ambiental, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, Macaé, 2013.

PEREIRA, Polyana Faria; SCARDUA, Fernando Paiva. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas. **Ambiente & Sociedade**, [s.l.], v. 11, n. 1, p.81-97, jun. 2008. FapUNIFESP (SciELO).

RICARDO, Fany (Org.); MACEDO, Valéria. **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições / organização**. São Paulo: Instituto Socioambiental - Isa, 2004. 687 p.

ROCHA, Michelle Pimentel da Silva. **Mulheres, Manguezais e a pesca no estuário do Rio Mamanguape, Paraíba**. 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Prodeva, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

RODRIGUES, Geraldo Stachetti et al. Gestão ambiental das atividades rurais na APA da Barra do Rio Mamanguape (PB). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** . Foz do Iguaçu: 2007. p. 1 - 12.

SAMPAIO, Jeandelynn AraÚjo de Albuquerque. **A CARCINICULTURA FAMILIAR NA ALDEIA INDÍGENA POTIGUARA DE TRAMATAIA, MARCAÇÃO/PARAÍBA: EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE**. 2015. 103 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SANTILLI, Juliana. SOCIOAMBIENTALISMO E NOVOS DIREITOS: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. proteção jurídica à diversidade biológica e cultural.. Peirópolis: Peirópolis, 2005. 210 p.

SANTILLI, Márcio. A cilada corporativa. In: RICARDO, Fany (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: O Desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental - Isa, 2004. p. 11-15.

SIASI; SESAI; MS. **Quantitativo populacional dos indígenas cadastrados no SIASI em 2013 por diversos parâmetros de territorialidade indígena ou nacional**. 2013. Disponível em:

<<http://dw.saude.gov.br/gsid/servlet/mstrWeb?src=mstrWeb.2048001&evt=2048001&share=1&hiddensections=header,path,dockLeft,footer&visMode=0>&visMode=0&ptView

Media=2&documentID=0FC0A96611E34C7BBAB90080EFE5381A&Server=SRVBIPDF03&Port=0&Project=DMSIASI_4&>. Acesso em: 21 fev. 2018.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVA, Marilene Alves da; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Sobreposição De Territórios: Unidades De Conservação E Terras Indígenas No Médio Solmões.. In: XVI Encontro Nacional Dos Geógrafos, 2010, Porto Alegre. Anais..., p. 1 - 9.

SILVA, Daniela de Oliveira e. **Avaliação De Efetividade De Gestão De Unidades De Conservação: O Mosaico Do Apuí - Amazonas/Am**. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SOCIEDADE INTERNACIONAL PARA ECOSSISTEMAS DE MANGUEZAL - ISME. . **Estudo das áreas de manguezais do Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Isme, 2005.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 22, n. 63, p.153-155, fev. 2007.

WWF-BRASIL; ICMBIO. **Efetividade de Gestão das unidades de conservação federais**. Brasília: 2007. 95 p.

WWF-BRASIL; ICMBIO. **Efetividade de Gestão das unidades de conservação federais**. Brasília: 2012. 131 p.

WWF-BRASIL. **Avaliação da gestão das Unidades de Conservação (2015)**. 2017. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/?60763/Rappam-2015>>. Acesso em: 14 set. 2017.

Anexos

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Análise dos impactos de gestão da APA da Barra do rio Mamanguape sobre as comunidades indígenas através da metodologia MCCIG

Pesquisador: Maristela Oliveira de Andrade

Área Temática: Estudos com populações indígenas;

Versão: 3

CAAE: 63764216.8.0000.5188

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.304.993

Apresentação do Projeto:

Trata-se de analisar o projeto de pesquisa do mestrando Marcos Vinícius Furtado Gomes sob a orientação da Professora Dra. Maristela Oliveira de Andrade, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo é identificar e avaliar os impactos socioambientais sofridos pelas comunidades indígenas na APA da Barra do Rio Mamanguape, através da Matriz Cromática de Comparação de Impactos de gestão, com a finalidade de identificar o nível de distanciamento dos gestores para com as comunidades indígenas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Cansaço ao participar dos grupos focais que podem durar entre uma hora e meia e duas horas, podendo assim gerar algum nível de desconforto e/ou estresse.

Benefícios:

Melhoria no processo de gestão da APA com melhor participação das comunidades tradicionais.

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOÃO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eficaco@ufpb@hotmail.com

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 2.304.663

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que envolverá populações indígenas através da metodologia do grupo focal. Que terá como finalidade construir um cenário atual e futuro de um modelo de gestão mais democrático, através da comparação dos discursos dos sujeitos gestores e comunidades.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto em tela se encontra de acordo com as Resoluções 466/12 e 304/2000 do Conselho Nacional de Saúde que regem as pesquisas envolvendo seres humanos e populações indígenas respectivamente.

Recomendações:

Recomenda-se manter a metodologia proposta.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

O presente projeto, seguiu nesta data para análise da CONEP e só tem o seu início autorizado após a aprovação pela mesma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_836111.pdf	24/08/2017 15:27:44		Aceito
Outros	CertidãoDoColegiado.jpeg	08/06/2017 15:21:45	Maristela Oliveira de Andrade	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	08/06/2017 15:20:59	Maristela Oliveira de Andrade	Aceito
Outros	TermoDeAnuênciaCaciqueGeraIEDaAid eiaTramataia.pdf	08/06/2017 14:46:10	Maristela Oliveira de Andrade	Aceito

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: etica@ufpb@hotmail.com

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 2.304.990

Outros	TermoDeAnuenciaCaciqueGeraLEDaAid elaCoqueirinhoEBreijinho.pdf	08/06/2017 14:45:26	Maristela Oliveira de Andrade	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclecatadorTramataia.pdf	08/06/2017 14:14:27	Maristela Oliveira de Andrade	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclecatadorCoqueirinhoEBreijinho.pdf	08/06/2017 14:12:07	Maristela Oliveira de Andrade	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclecatador.pdf	08/06/2017 14:03:18	Maristela Oliveira de Andrade	Aceito
Outros	TermodeCompromissoFUNAI.jpeg	10/03/2017 10:33:27	Maristela Oliveira de Andrade	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	06/12/2016 09:40:52	Maristela Oliveira de Andrade	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Sim

JOAO PESSOA, 29 de Setembro de 2017

Assinado por:

Ellene Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: elicococufpb@hotmail.com

Anexo 2 – Autorização de ingresso em terra indígena da FUNAI

<https://mail-attachment.googleusercontent.com/attachment/u/0/?ui=2&1>

Código de Barras do Documento Código de Barras do Processo

0310152

08620.005571/2017-00

Timbre

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Autorização de Ingresso em Terra Indígena nº 59/AAEP/PRES/2017

Identificação			
nome:	Marcos Vinicius Furtado Gomes	processo nº:	08620.005571/2017-00
nacionalidade:	Brasileira	identidade:	2004034090189 - SSP/CE
instituição/entidade:	Universidade Federal da Paraíba - UFPB		
patrocinador:	Universidade Federal da Paraíba - UFPB		
objetivo do ingresso			
realizar pesquisa científica intitulada "Análise dos impactos de gestão da APA da barra do Rio Mamanguape sobre as comunidades indígenas através da metodologia MCCIG".			
equipe de trabalho			
nome	nacionalidade	documento	
***** *****	*****	*****	
***** *****	*****	*****	
localização			
Terra Indígena:	Potiguara e Potiguara de Monte-Mor	POVO INDÍGENA:	Potiguara
Coordenação Regional:	Nordeste II	CTL:	
vigência da autorização			
início:	14/08/2017	término:	14/08/2018
Autorizo.			
Brasília-DF, 03 de agosto de 2017.			
RESSALVAS:			
• Esta autorização não inclui licença para uso de imagem, som e som de voz dos indígenas, para além do objeto desta autorização; • Esta autorização não inclui acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade;			

- Esta autorização não inclui acesso ao patrimônio genético;
- Remeter à Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisas – AAEP/Presidência /Funai, mídia digital contendo: relatórios, artigos, livros, gravações audiovisuais, imagens, sons, outras produções oriundas do trabalho realizado e informações sobre o acesso na internet.

Documento assinado eletronicamente por Franklimberg Ribeiro de Freitas, Presidente, em 06/08/2017, às 23:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

QRCode
Assinatura A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0310152 e o código CRC 1719282A.

Referência: Processo nº 08620.005571/2017-00

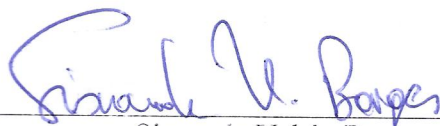
SEI nº 0310152

 60 Anos	Universidade Federal Da Paraíba Programa Regional De Pós-Graduação Em Desenvolvimento e Meio Ambiente MESTRADO	PRODEMA Caixa Postal 5122 João Pessoa - PB 58051-970 Fone: (83) 3216-7472	 PRODEMA 20 Anos
--	---	---	--

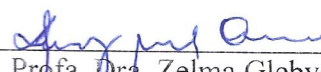
Ata da _____ a Sessão Pública de Defesa de Dissertação da aluna **Marcos Vinícius Furtado Gomes** do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, na área de Gerenciamento Ambiental. Aos vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezoito às 09h00min, na Sala de Aula do PRODEMA, no CCEN, reuniu-se, na forma e termos do art. 64 do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação "stricto sensu" da UFPB, anexo à Resolução CONSEPE nº 12/00, a Banca Examinadora, composta pelos professores doutores Maristela Oliveira de Andrade – PRODEMA/UFPB, na qualidade presidente/orientador, Paulo Sérgio Silvino do Nascimento, na qualidade de membro externo / IFCE campus Juazeiro do Norte, Zelma Glebya Maciel Quirino na qualidade de membro interna -- PRODEMA/UFPB para julgamento da dissertação de mestrado do aluno, **Marcos Vinícius Furtado Gomes** intitulada **"ANÁLISE DOS IMPACTOS DE GESTÃO DA APA DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE SOBRE AS COMUNIDADES INDÍGENAS ATRAVÉS DA METODOLOGIA MCCIG."** A sessão pública foi aberta pela Profa. Dra. Maristela Oliveira de Andrade na qualidade de presidente. Após a apresentação dos integrantes da banca examinadora, o candidato iniciou a exposição de seu trabalho. Em seguida a Profa. Dra. Maristela Oliveira de Andrade passou a palavra ao examinador externo Prof. Dr. Paulo Sérgio Silvino do Nascimento, que iniciou a arguição. Na sequência, a Profa. Dra. Zelma Glebya Maciel Quirino fez os seus comentários que foram finalizados pela Profa. Dra. Maristela Oliveira de Andrade a presidente da banca examinadora solicitou a retirada da Assembléia para, em sessão secreta, avaliar o candidato.

Após a análise da banca examinadora foi atribuído o conceito **(Aprovado)**, conforme o art. 65 do anexo à Resolução CONSEPE-UFPB nº 12/00. Nada mais havendo a tratar, eu, Sisnande Uchôa Borges, secretário, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

João Pessoa-PB, 28 de fevereiro de 2018.


Sisnande Uchôa Borges
Secretário


Profa. Dra. Maristela Oliveira de Andrade
Orientador


Profa. Dra. Zelma Glebya Maciel Quirino
Avaliador interno


Prof. Dr. Paulo Sérgio Silvino do Nascimento
Avaliador externo
CPF: 326.084.543-72.